



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

RODRIGO BRITO DA SILVA

**TERRITÓRIO E PRÁTICAS AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB:
ESPAÇO DE DISPUTAS E DE LUTA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
SAUDÁVEIS**

JOÃO PESSOA – PB

2023

RODRIGO BRITO DA SILVA

**TERRITÓRIO E PRÁTICAS AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB:
ESPAÇO DE DISPUTAS E DE LUTA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
SAUDÁVEIS.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), sob a orientação do Professor Dr. Josias de Castro Galvão. Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente. Linha de pesquisa: Cidade e Campo: Território e Trabalho.

JOÃO PESSOA-PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586t Silva, Rodrigo Brito da.

Território e práticas agrícolas no município de Lagoa Seca/PB : espaço de disputas e de luta para a produção de alimentos saudáveis / Rodrigo Brito da Silva. - João Pessoa, 2025.

79 f. : il.

Orientação: Josias de Castro Galvão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Agroecologia. 2. Território rural - Lagoa Seca.
3. Agricultura familiar. 4. Agrotóxicos. I. Galvão, Josias de Castro. II. Título.

UFPB/BC

CDU 631.95(043)

TERRITÓRIO E PRÁTICAS AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB:
ESPAÇO DE DISPUTAS E DE LUTA PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
SAUDÁVEIS.

Por

Rodrigo Brito da Silva


Dissertação de mestrado apresentada ao corpo docente o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito total para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovado por:



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Orientador



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Examinadora Interno



Prof. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo
Examinadora Externo

AGRADECIMENTOS

Seria impossível realizar esse trabalho sozinho, por isso quero agradecer algumas pessoas que junto comigo construíram esse conhecimento.

Obrigado a minha família, Mércia Brito, José Inácio e Carolina Brito cada um com seu jeito, sempre me deram apoio e liberdade, para pensar e fazer tudo o que quis, dando alívio nos momentos de pressão e sempre pensando de forma positiva.

Agradeço à minha esposa, Maria Ruana Cavalcante Brito, por tanta paciência durante todo os desafios desse processo.

Agradeço, em especial, ao Professor Josias de Castro Galvão, por ter acreditado em minha pesquisa em um momento que ninguém acreditou e a desistência já batia a porta, além de um orientador de verdade o professor é humano e sempre disponível a ajudar, muito obrigado professor esse resultado tem uma parcela enorme do seu trabalho.

No início desse processo, o Professor e Amigo, Vinicius Lima, me ajudou na construção e organização do projeto e está sempre disponível para uma boa conversa ou ajuda no trabalho, meu muito obrigado.

A minha amiga que, na fase final do trabalho, me ajudou no meu novo trabalho, academicamente e, principalmente, psicologicamente, obrigado Doutora Maria Rita Xavier.

Por fim, agradeço a todos os entrevistados e professores que me ajudaram no desenvolvimento da pesquisa, até breve!

*Ao meu avô, José Carlos de Melo (in memoriam) que, antes disto tudo acontecer, já me chamava de
Mestre Rodrigo.*

RESUMO

Esta dissertação aborda as iniciativas das organizações da sociedade civil e pública voltadas ao fortalecimento das ações agroecológicas no município de Lagoa Seca, Paraíba, Brasil. O objetivo desta pesquisa é analisar a construção da territorialidade a partir da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em Lagoa Seca/PB, demonstrando sua contribuição na produção de novas dinâmicas socioespaciais no campo, numa perspectiva da transição agroecológica e no enfrentamento às práticas disseminadas pela revolução verde. A pesquisa qualitativa conta com fontes primárias, como os documentos da ANA e de entrevistas com representantes das entidades. O ponto de partida é o resgate histórico da região de pesquisa, buscando perceber a organização territorial do território em diferentes escalas, de acordo com suas especificidades e características. É notório que a construção de um território alternativo de produção é um processo longo e complexo. No entanto, o processo de articulação e transição agroecológica se apresenta como uma contribuição social, pois cria modelos de projetos a serem seguidos em outras localidades e em diferentes escalas, buscando a efetivação de políticas públicas que reacendam a esperança de um campo mais saudável. Concluímos que a ANA, ao representar as organizações, estabelece o processo de formação de um campo agroecológico no país, uma noção de agroecologia com o objetivo de materializar políticas públicas em favor da sociedade e que vem afetando positivamente sua atuação nas mudanças produtivas no campo em Lagoa Seca/PB.

Palavras-Chave: Território. Agricultura. Agrotóxicos. Agroecologia. Lagoa Seca/PB.

ABSTRACT

This dissertation addresses the initiatives of civil society and public organizations aimed at strengthening agroecological actions in the municipality of Lagoa Seca, Paraíba, Brazil. The objective of this research is to analyze the construction of territoriality by the National Articulation of Agroecology (ANA), in Lagoa Seca/PB, demonstrating its contribution in the production of new socio-spatial dynamics in the countryside, from the agroecological transition and in the confrontation of the practices disseminated by the green revolution. The qualitative research relies on primary sources, such as ANA documents and interviews with representatives of the entities. The starting point is the historical rescue of the research region, seeking to perceive the territorial organization of the territory at different scales, according to its specificities and characteristics. It is well known that the construction of an alternative production territory is a long and complex process. However, the process of articulation and agroecological transition presents itself as a social contribution, as it creates models of projects to be followed in other locations and at different scales, seeking the implementation of public policies that rekindle the hope of a healthier countryside. We conclude that ANA, by representing organizations, establishes the process of forming an agroecological field in the country, a notion of agroecology with the objective of materializing public policies in favor of society and which has positively affected its performance in productive changes in the field in Lagoa Seca/PB.

Keywords: Territory, Agriculture, Pesticides, Agroecology, Lagoa Seca/PB.

LISTA DE SIGLAS

ANA	ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
ANVISA	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ASA	ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO
AS-PTA	ASSESSORIA E SERVIÇOS PARA PROJETOS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS
BSC	BANCO DE SEMENTES COMUNITÁRIOS
CEASA	CENTRAIS ESTADUAIS DE ABASTECIMENTO
CEGET/PB	CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO TRABALHO
CEREST	CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR
CFEJPT	CENTRO DE FORMAÇÃO ELIZABETH E JOÃO PEDRO TEIXEIRA
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE
CONSEA	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CPI	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CREA	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
EBIA	ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMPAER	EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA EXTENSÃO RURAL E REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA
ESTEX	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDEC	INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
INCA	INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
LMP	LIMITE MÁXIMO PERMITIDO
MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PARAIBAN	BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA
PATAC	PROGRAMA DE APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS
PIBIC	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
POLO DA BORBOREMA	POLO SINDICAL E DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BORBOREMA
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PROBEX	PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
STR	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
UEPB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
UFPB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

FIGURA 1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
FIGURA 2 REGIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS RURAIS, LAGOA SECA/PB..	29
FIGURA 3 LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS EM LAGOA SECA/PB – 2022.....	29
FIGURA 4 RECORTE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA /PB..	30
FIGURA 5 FACHADA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAGOA SECA/PB. .	32
FIGURA 6 ESPACIALIZAÇÃO DOS BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS EM LAGOA SECA/PB.....	44
FIGURA 7 BANCO DE “SEMENTES MÃE” EM LAGOA SECA/PB..	46
FIGURA 8 ABERTURA DO PROGRAMA “PLANTA, LAGOA SECA 2023”	48
FIGURA 9 MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA 2023	50
FIGURA 10 ARTE: “PLANTAR ÁRVORES E PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS”.	61
FIGURA 11 PREPARO DE MUDAS NA SEDE DA ASPTA- PB.	65
FIGURA 12 ATUAÇÃO DA EMPAER NO ESTADO DA PARAÍBA.	68
FIGURA 13 FALTA DE MANEJO DA ÁREA AGROECOLÓGICA – UEPB..	70

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 LIBERAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.	37
GRÁFICO 2 DISTRIBUIÇÃO DOS BRASILEIROS POR CONDIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR.	39
GRÁFICO 3 FASES DE FORMAÇÃO DO MST A PARTIR DO CADERNO DE AGROECOLOGIA.....	62
GRÁFICO 4 FRENTES DE TEMAS DE AÇÕES ASPTA/PB	63

QUADROS

QUADRO 1 ENTREVISTAS REALIZADAS EM FUNÇÃO DA PESQUISA.....	20
QUADRO 2 TEMAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO DE REFERÊNCIA. .	31
QUADRO 3 CATEGORIAS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA).	39

TABELAS

TABELA 1 PRINCIPAIS PRODUTOS HORTIFRUTIGRANGEIROS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB EM RELAÇÃO AO ESTADO DA PARAÍBA - .	28
TABELA 3 AGROTÓXICOS PROIBIDOS EM OUTROS PAÍSES E UTILIZADOS NO BRASIL.	36
TABELA 4 DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DOS AGROTÓXICOS.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1212
REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
METODOLOGIA	18
1A QUESTÃO AGRÁRIA E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPO EM LAGOA SECA- PB	21
1.1 O TERRITÓRIO RURAL DE LAGOA SECA: ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO	27
2 A REVOLUÇÃO VERDE, AGROTÓXICOS E INSEGURANÇA: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS EM CONTRAPOSIÇÃO AOS MODELOS CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO	34
2.1 DINÂMICA DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO EM LAGOA SECA/PB.	43
3A PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MUNICIPAIS NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA	52
3.1 INICIATIVAS AGROECOLÓGICAS EM LAGOA SECA/PB.....	56
3.1.1 ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA) E PODER PÚBLICO: A CONQUISTA DE ESPAÇO POLÍTICO.....	57
3.1.2 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS (STR) DE LAGOA SECA/PB.....	59
3.1.3 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)	61
3.1.4 ASSESSORIA E SERVIÇOS PARA PROJETOS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (AS-PTA) – AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA.....	62
3.1.5 PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE LAGOA SECA/PB E A LEI Nº 206/2014.....	65
3.1.6 EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA (EMPAER).....	66
3.1.7 UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB (CAMPUS II)	68
4CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
5REFERÊNCIAS	74
6. Anexo.....	77

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surge das preocupações junto ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - Seção Paraíba, CEGeT-PB, e teve início durante a graduação com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com o plano de trabalho: “USO DE AGROTÓXICOS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO SERIDÓ: rebatimentos para o ambiente e saúde dos trabalhadores rurais”, que além do relatório final de pesquisa resultou em artigos científicos e aulas para os movimentos sociais no campo, o que nos fez aproximar dos movimentos sociais do campo. A pesquisa teve continuidade no Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) com o projeto: “ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA: ocupações, manifestações, estrutura fundiária, conflitos, assentamentos e estrangeirização das terras” e, por fim, no trabalho de conclusão de curso em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, intitulado: “AGROTÓXICO: UMA VIOLÊNCIA SILENCIOSA NOS ESPAÇOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS–PB”. A questão posta durante a graduação foi entender os agrotóxicos como uma nova forma de violência que se apresenta no espaço agrário brasileiro e paraibano, atualmente a reflexão deste trabalho se propõe a contribuir sobre a questão agrária do campo paraibano, a partir do movimento agroecológico no espaço agrário de Lagoa Seca/PB. O ponto de partida é a compreensão do problema agrário enquanto movimento das contradições sociais, produto da dinâmica territorial e da luta de classes.

O Campo, na Paraíba, encontra-se inserido em uma complexa trama de transformações atreladas ao processo global de reestruturação produtiva do capital e os seus impactos sobre o trabalho, a natureza e o território. Essas mudanças expressam-se em uma ampla pluralidade de conflitos territoriais, como os conflitos pela concentração fundiária, conflitos pela demarcação de terras indígenas, conflitos pela preservação ambiental, ou ainda, pela forma de produzir no campo.

O trabalho se desenvolveu durante cerca de três anos, entre 2021 e 2023, um período de dificuldades de pesquisa proveniente da pandemia da COVID-19, e a partir da flexibilização permitida pela vacinação, conseguimos desenvolver as atividades que gira em torno das iniciativas dos movimentos sociais para o desenvolvimento da agroecologia em parceria com outras entidades, como é o caso da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essa entidade se destaca com ações agroecológicas em todo o Brasil e vem desenvolvendo experiências no

município de Lagoa Seca/PB, ao organizar a sociedade civil, sindicatos e o poder público municipal em defesa da agroecologia.

A mesorregião do Agreste Paraibano se destaca como a região de maior utilização de agrotóxicos por estabelecimentos agropecuários (BOMBARDI, 2017; IBGE, 2017) e pela sua característica histórica de uma estrutura fundiária diferenciada em relação à totalidade do espaço agrário paraibano, já que o agreste é reconhecido pela variedade na produção de alimentos e seus minifúndios. Inserido nesse contexto, o município de Lagoa Seca/PB tem como característica marcante, e oposta da maioria dos municípios do Estado, o fato de sua população rural ser maior do que a sua população urbana (IBGE,2010).

Diante desse cenário, nas últimas décadas, Lagoa Seca/PB vem apresentando diversas práticas no contrafluxo da agricultura tradicional mecanizada e desenvolvendo caminhos para uma agricultura alternativa de respeito a natureza e aos seres vivos, em geral. Defendemos o tema sobre a construção da territorialidade camponesa a partir da atuação de entidades sociais voltadas à transição agroecológica e no enfrentamento das práticas disseminadas pela revolução verde no município de Lagoa Seca/PB.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é formada por uma rede de movimentos sociais e organizações da sociedade civil na promoção da agroecologia e de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. É entendida como uma rede com heterogêneos vínculos e atores sociais, em 2002, foi criada para promover formulações de políticas e intercâmbios entre organizações que atuam com agroecologia (BENSADON, 2016). A ANA propõe a construção de um campo agroecológico, com a orientação de escala local para nacional, com experimentos que auxiliem a capacidade dos sujeitos locais na construção do desenvolvimento. A articulação é fruto do processo histórico de construção da agroecologia como bandeira política no país, reunindo organizações de movimentos sociais e organizações não governamentais.

A questão problema é a seguinte: como as práticas desenvolvidas pela ANA, no município, avançam para um processo de transição agroecológica em contraposição ao agronegócio? São alguns questionamentos de pesquisa que emergem da dinâmica entre os diferentes sujeitos que ocupam esses espaços e fazem a crítica ao agronegócio, buscando efetivamente defender a agroecologia, e não apenas propor a substituição do uso de agrotóxicos, o que seria apenas o início de um processo de luta.

Assim, tem-se como objetivo analisar a construção da territorialidade pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no município de Lagoa Seca/PB, demonstrando sua contribuição na produção de novas dinâmicas socioespaciais no campo, a partir da transição agroecológica e no enfrentamento às práticas disseminadas pela revolução verde. Os objetivos secundários são: a) caracterizar o espaço camponês no município de Lagoa Seca/PB; b) Discutir as práticas agrárias e agrícolas no município e; c) refletir sobre a atuação da ANA ao estimular práticas voltadas à transição agroecológica no município objeto da pesquisa.

No primeiro capítulo, construímos um debate sobre a questão agrária contextualizando aspectos importantes na configuração territorial e diminuindo progressivamente a escala nacional, estadual e regional até chegar na organização territorial do recorte de pesquisa em Lagoa Seca/PB. Nesta fase, apresentam-se as características do município, no que tange aos aspectos rurais, e das organizações sociais que atuam no território, a partir da perspectiva do desenvolvimento da agroecologia.

No segundo capítulo, o foco maior se concentra no paradigma da modernização agrícola fundamentado nas descobertas químicas dos agrotóxicos. No entanto, temas como a concentração fundiária e a necessidade de distribuição de terras também são abordados criticamente. Levamos em consideração que esses temas sobre a distribuição de terras não fizeram parte do projeto agrícola 'moderno', o que provocou a organização dos movimentos sociais para reivindicar essa demanda. Esse é apenas um dos diversos problemas encontrados no campo que fazem os movimentos resistirem à forma de produção capitalista. Podemos destacar também dois resquícios negativos dessa forma de produção, que, a partir da revolução verde, trouxe os agrotóxicos e a insegurança alimentar.

Entendemos que os agravos provocados pelos agrotóxicos e o risco da insegurança alimentar são fatores que podem provocar uma tomada de consciência no sentido de uma renovação da agricultura, tendo em vista os malefícios sociais e naturais provocados. A partir desse entendimento, intencionamos discutir como essas práticas afetam o território no campo. Buscando entender quais são os avanços das práticas alternativas de produção no município, com base nas instituições e movimentos sociais que, em conjunto com a ANA, fortalecem a agroecologia, pretendemos realizar um contraponto entre as práticas capitalistas de produção, identificando quem são seus sujeitos e como essas práticas se manifestam no desenvolvimento do município e no meio ambiente. Por outro lado, também analisaremos as práticas agroecológicas, seus avanços e impactos no espaço.

No terceiro capítulo, a análise se concentra no trabalho de campo com o objetivo de aprofundar a compreensão das organizações que operam no âmbito municipal. Essas entidades foram centrais na pesquisa por terem, como pano de fundo, incentivado os sujeitos na cobrança do poder público para a promoção de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da agroecologia em escala local. A investigação abrangeu não apenas a identificação das ações e estratégias empregadas por tais organizações, mas também a análise do debate político travado no âmbito local, considerando sua interação com o cenário político nacional. Além disso, foram buscadas a compreensão das dinâmicas territoriais e os espaços de poder que permeiam essa articulação, proporcionando uma visão abrangente das relações políticas que moldam a implementação de políticas agroecológicas no município em questão. Além disso, buscamos inserir na análise o debate teórico-conceitual sobre a agroecologia no contexto em questão. A compreensão das bases teóricas da agroecologia contribuiu para contextualizar as discordâncias observadas no território, oferecendo, assim, uma visão mais completa das dinâmicas envolvidas na implementação de práticas agroecológicas do município analisado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O avanço da reprodução do capitalismo no campo, por meio de modificações no processo agrícola, esmagou a cultura camponesa através da “modernização conservadora” que é a expressão máxima da destruição da agrobiodiversidade (MACHADO; MACHADO; 2014). A tomada de consciência dos efeitos reversos da revolução verde vem sendo notada e o modelo reducionista do agronegócio gera a organização de movimentos sociais que caminham a favor de uma agricultura alternativa. Essa revolução, compreendida como um novo ciclo imposto pelo sistema capitalista no âmbito rural pós-Segunda Guerra Mundial, emergiu como um paradigma que integrava o capital em uma escala global e foi promovida, principalmente, pelas corporações multinacionais (HADICH, 2021). Este período foi caracterizado por uma transformação profunda e radical no campo, não apenas quanto a aspectos técnicos e inovações tecnológicas, mas também se manifestando como alterações econômicas e culturais. A revolução foi um processo lento, no qual mudanças culturais desempenharam um papel fundamental enquanto estratégia do capital para se inserir no campo. Sobretudo em países subdesenvolvidos, essa estratégia tem como consequência a dependência de tecnologias em todas as fases de produção, como é o exemplo dos agrotóxicos. Fabricados em laboratórios de grandes empresas multinacionais, com a ajuda e anuência do Estado, eles alteram as formas de

produzir e de viver no campo. A modernização da agricultura visa também a padronização das culturas de plantio, através da uniformidade das espécies produzida, o que facilita todo o processo de produção.

Se olharmos para o espaço rural de forma geral, observa-se que o ritmo frenético do modelo de produção em escala mundial, o qual denuncia Harvey (2011), se faz presente nesse espaço. Além de sobrecarregar a terra com fertilizantes químicos para exigir dela níveis de produtividade definidos em outras escalas geográficas distantes, também se sujeitam os trabalhadores e trabalhadoras a condições precárias, informais, clandestinas e insalubres de trabalho, que põem a sua saúde e vida em risco. No Brasil, e conseqüentemente na Paraíba, o ritmo do progresso tecnológico no campo não foi uniforme, mesmo com a participação do Estado na configuração do agrário brasileiro.

Diante dessa reestruturação produtiva levada a cabo pelo capital no campo, somada à difusão da tecnologia, entende-se a desigualdade econômica e de produção entre diferentes grupos de produtores no Brasil. Nesta pesquisa analisamos as estratégias que constroem e são construídas nos territórios rurais, de tal modo que o território fundamenta a análise geográfica proposta. Entendemos o território como a expressão material e imaterial das disputas sociais e dos embates de poderes, produzido por um determinado grupo social, de forma que pode ser temporário ou permanente e se efetivar em diferentes escalas (SAQUET, 2004). Outro aspecto importante do território é poder ser apropriado pelo mesmo agente, simultaneamente, no mesmo espaço ou em espaços diferentes, fato que se torna imprescindível para a compreensão e análise dos fenômenos socio-territoriais (SOUZA, 1995). Reproduzindo suas características no território de acordo com seu objetivo, dentro das perspectivas econômica, política, cultural e natural.

A análise do espaço agrário paraibano revela a sua intrínseca ligação ao processo de exploração. Conforme esse cenário evolui e se reestrutura, observam-se alterações nas formas de exploração, sobretudo do ponto de vista do trabalhador rural (MOREIRA; TARGINO, 1997) em diferentes fases do processo de acumulação de capital na agricultura. Assim, é crucial compreender que a evolução das atividades de produção exerceu um papel determinante na configuração do espaço agrário da Paraíba, em particular, a atividade canavieira. A exploração do espaço agrário não se manifesta de maneira estática, pelo contrário, se transforma ao longo do tempo, respondendo às dinâmicas econômicas, sociais e políticas. O entendimento das

nuances dessa dinâmica permite uma análise mais aprofundada das relações sociais, econômicas e territoriais que moldam o panorama agrário na Paraíba.

No caso de Lagoa Seca/PB surgiu o trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) que tem a agroecologia como uma bandeira de luta política no Brasil. O surgimento da ANA, nos anos 2000, representa um desdobramento significativo desse processo, pois uniu organizações provenientes de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos de trabalhadores rurais. A sua missão central reside na facilitação da troca de experiências e projetos políticos entre essas entidades e essa colaboração visa não apenas fortalecer as práticas agroecológicas em si, mas também formular propostas de políticas públicas que possam consolidar a agroecologia como uma base sólida para um modelo alternativo de desenvolvimento.

A agroecologia surge como uma resposta à “opressão” no campo, ao buscar o desenvolvimento local e desafiar a lógica de produção agrícola do sistema capitalista, opondo-se o modelo de dominação e exploração do homem pelo homem. Apesar da dificuldade em conceituá-la completamente, há um ponto de partida comum entre os autores que é reconhecê-la como ciência, movimento social e prática (WEZEL et al, 2009). A complexidade surge das diversas interpretações do termo, que podem entendê-la pelo viés político, agrícola ou como uma forma alternativa de viver em sociedade.

A fim de evitar concepções reducionistas, como a compreensão de que a agroecologia é apenas um processo de não uso de agrotóxicos, neste trabalho, compreendemos a agroecologia enquanto um modelo de desenvolvimento agrícola mais alinhado com o direito humano à alimentação adequada. Sendo esse modelo o que tem mais potencial para atingir os quatro pilares da segurança alimentar e nutricional (disponibilidade, acessibilidade, uso e estabilidade), além de também fornecer vantagens para o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

A opção teórico-metodológica escolhida possibilita a compreensão no campo dialético entre o passado e o presente, a relação que ocorre entre sociedade/natureza, através do processo do trabalho, bem como as contradições das relações de trabalho e os conflitos sociais existentes, e se apresenta como um método genuíno na interpretação dos fenômenos sociais dinâmicos e mutáveis. Desse modo, a lógica para a análise geográfica precisa ser fundamentada e não pressuposta, pois, é sabido que a práxis se apresenta como a condição para o método e suas ideias devem ser convertidas em força social, a partir de uma constante interação do sujeito

com o objeto de pesquisa (DEMO, 1985). Também é possível perceber a concepção de uma realidade pressuposta, que toda formação social é suficientemente contraditória, a partir de um conflito, e que existem elementos sobreviventes ao processo histórico, conhecidos como estruturais, e novos elementos que se apresentam na realidade. E se a realidade é contraditória, ora pode ser leve – e explicada historicamente – ora radical, em um conflito profundo com a superação do sistema vivenciado.

A dialética é compreendida a partir da convivência dos contrários, no campo, esse processo acarreta um dinamismo social, cultural e produtivo com consequências para todas as esferas sociais.

METODOLOGIA

Com relação à metodologia de pesquisa, as principais são fontes primárias, como os documentos da ANA e entrevistas com representantes das entidades, sem descartar as fontes secundárias de pesquisa já realizadas na temática abordada. Na condução do texto, o ponto de partida é o resgate histórico da região de pesquisa, buscando perceber a organização territorial do espaço em diferentes escalas, de acordo com suas especificidades e características. No processo de construção do objeto de pesquisa se entende que está fundamentado nos conceitos e categorias da ciência geográfica, sustentado pelo método do materialismo histórico-dialético, e entendido enquanto forma de interpretação que possibilita análise de realidades bastante diversificadas colocadas pelos temários da geografia e do espaço agrário. As discussões das obras selecionadas para o embasamento teórico-metodológico da pesquisa foram necessárias para identificar e diferenciar as práticas provenientes da agricultura convencional das práticas alternativas, de modo a entender os caminhos para o desenvolvimento da articulação no município.

Nas informações sobre a ANA houve acesso a alguns documentos, como a sistematização da Lei Nº 206/2014, que dispõe sobre a criação do programa municipal de sementes, um registro feito pela articulação que ajuda a entender os objetivos e as pautas iniciais. Os entrevistados da pesquisa foram escolhidos com base em seu envolvimento e relevância nas práticas agroecológicas do município, bem como suas posições sociais nesse contexto, o que proporcionou uma diversidade de perspectivas e interpretações.

Em termos das limitações que foram encontradas no decorrer da pesquisa, há a consciência de que diversos outros membros de organizações relacionadas às práticas agroecológicas poderiam ter sido entrevistados e de que isso enriqueceria as interpretações e

contribuições para a pesquisa, mas, infelizmente, as condições e limitações da pesquisa, aliadas à indisponibilidade das pessoas, impossibilitaram a inclusão de alguns aspectos, como a entrevista com o secretário de agricultura e abastecimento do município, que tem uma participação efetiva junto aos movimentos sociais, como também no sindicato o que iria contribuir de forma significativa para algumas lacunas na pesquisa.

De forma a sistematizar as contribuições científicas deste trabalho, no que se refere aos procedimentos e técnicas de pesquisa, temos os seguintes:

- a) Levantamento bibliográfico e documental:** referencial teórico oferecido pela Geografia, em especial a Geografia Agrária, com a necessidade de estudar outras ciências como Sociologia e a Agronomia, para o entendimento das questões e dos conceitos que se apresentaram durante a pesquisa. Os sites oficiais dos movimentos e organizações (ANA, MST, ASPTA) forneceram um suporte no desenvolvimento do perfil dos sujeitos coletivos, contribuindo para o entendimento de sua dinâmica e da sua organização interna na construção de estratégias a favor da agroecologia, bem como o acesso a jornais e revistas científicas, sobre o tema de pesquisa.
- b) Pesquisa de campo:** a princípio um desafio imposto pela pandemia (Covid-19). Contudo concretizaram-se o total de três trabalhos de campo no município, para conhecer as organizações atuantes e realizar entrevistas. Os entrevistados são considerados lideranças a partir do seu envolvimento com práticas agroecológicas no território. Em decorrência da pandemia, algumas entrevistas foram realizadas no formato online e outras presenciais. Tivemos êxito em entrevistar sete lideranças do município que atuam diretamente com fortalecimento de políticas públicas tendo como plano de fundo o movimento agroecológico, as entidades, sua liderança e o formato de entrevista são possíveis de visualizar no Quadro 01, a seguir:

Quadro 1 - Entrevistas realizadas em função da pesquisa.

ENTIDADE	ENTREVISTADO/A	TIPOLOGIA/FORMATO
UEPB	Coordenador do Curso (2022)	Entrevista/Presencial
MST	Líder Estadual (2022)	Entrevista/Presencial
MST	Diretor Estadual (2022)	Entrevista/Presencial
ANA	Consultora Estadual (2022)	Entrevista/Online
ASPTA	Assessor (2023)	Entrevista/Presencial

EMATER	Técnico Extensionista (2023)	Entrevista/Presencial
STR	Presidente (2022)	Entrevista/Presencial

FONTE: autoria própria.

Justificamos essa atividade pelo fato de a pesquisa de campo ser essencial para o pesquisador geógrafo, pois permite entender e praticar a leitura do real. Acreditamos que a forma através da qual o indivíduo expõe sua própria experiência de trabalhador do campo permite que ele faça a própria construção dos fatos, assim como as escolhas destes no ato de narrar suas experiências. A narrativa possibilita também que este indivíduo escolha os papéis e os personagens que fazem parte da sua história, para compor a materialização, no presente, do que foi vivido (FRANCO, 2014). E suas ações não contêm apenas características racionais, devem ser consideradas as representações afetivas, inconscientes ou não, mas que dizem respeito a seus valores.

A técnica de pesquisa contou com entrevistas. Compreendendo que as entrevistas constroem uma interação do pesquisador e do pesquisado, visando apreender como os sujeitos vivem e quais são seus desafios (SEVERINO, 2013). As perguntas tinham como direcionamento entender a percepção da organização/movimento sobre a agroecologia, bem como as suas práticas. Algumas das entrevistas demandou o trabalho de sistematização e transcrição das informações obtidas.

- c) **Levantamentos de dados secundários:** foi utilizado o material online disponibilizado pelo IBGE e as informações referentes aos riscos dos agrotóxicos pela ANVISA e IDEC. A fim de uma aproximação dos sujeitos de pesquisa e buscando uma atualização do cotidiano dos movimentos e entidades, consultamos suas páginas online, como por exemplo: da ASPTA, do MST, da ANA e o site da gestão municipal.

A participação em dois eventos mostrou elementos inovadores de estudo, o VI Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho em âmbito nacional podemos acompanhar a discussão sobre os conflitos sociais e estratégias de luta na participação em um dos grupos de trabalhos do evento - GT e o VI Seminário de Agroecologia em nível regional, em que podemos observar a construção do conhecimento da agroecologia em nível regional e suas perspectivas de ampliação. Esse caminho de pesquisa levou a redação final deste texto, que está dividido em três capítulos, além desta parte introdutória e das considerações finais.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AGRÁRIA E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPO EM LAGOA SECA/PB

O conceito de questão agrária procura explicitar de que maneira, em territórios específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, no que concerne ao uso, à posse e à propriedade da terra (STÉDILE, 2021). De modo que cada sociedade esteja com a responsabilidade de determinar o uso da natureza e a escolha do seu potencial de produção, bem como de assumir os riscos de determinadas formas de produção que, em cada período histórico, apresentam problemas agrários diferentes, seja no âmbito social seja no âmbito natural, resultando da organização escolhida.

No Brasil, a questão agrária é discutida a partir de diferentes visões e interpretações para o vasto território produtivo do país. Desse modo, a presente pesquisa acompanha esse debate a partir do processo de inserção do capitalismo no campo, período conhecido como “revolução verde”. Essa estratégia do capital para se inserir no campo, sobretudo em países subdesenvolvidos, tem como consequência a dependência de tecnologias em todas as fases de produção com a incorporação de uma tríade – fertilizante, veneno e monocultura – para o funcionamento eficaz da produção voltada para exportação. Contudo, essa é uma modernização conservadora, tendo em vista que não altera a estrutura fundiária vigente, que já possui elevados índices de concentração da propriedade da terra, o que cria uma homogeneidade na produção que tem o intuito de atender as exigências do mercado internacional.

O Agronegócio se fortaleceu com a efetivação das tecnologias do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que trouxe problemas de diferentes aspectos. Já que a produção agrícola desse modelo é baseada na produção de *commodities*¹, o que diminui a diversidade alimentar e submete o país a uma dependência econômica externa. Outros fatores preocupantes são as questões relativas à desigualdade social, tanto no campo quanto na cidade,

¹ Commodities são mercadorias em estado bruto ou de simples industrialização, negociadas em escala mundial. A comercialização é estabelecida no mercado financeiro, com preços normalmente em dólar e que oscilam de acordo com a oferta e a demanda internacionais (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2020).

e ao meio ambiente, em decorrência da exploração desenfreada dos recursos naturais e das contaminações/desmatamentos em diferentes escalas.

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um “país agrícola” e se investe de forma intensiva na divulgação de que o “agro” é o que alimenta e sustenta a economia brasileira, a sociedade elabora uma percepção equivocada de que a “modernização” do campo foi um processo uniforme. Todavia, em algumas regiões esse processo foi bem amplo (Centro-Sul) e em outras, como por exemplo, em algumas áreas da região nordeste enxergamos que só uma parcela dessa tecnologia chegou as lavouras, seja por questões técnicas seja econômica. Essa disparidade entre as regiões brasileiras gerou uma modernização parcial da agricultura brasileira, na qual se considera a disparidade entre as regiões, culturas e poder econômico (GRAZIANO, 1981). O ritmo do progresso tecnológico não foi uniforme, pois, ainda que tenha havido a participação do Estado na configuração espacial do espaço agrário brasileiro, se percebe um espaço desigual, que é próprio do sistema de produção em vigor.

O espaço agrário brasileiro sempre foi marcado por sua violência e exploração dos trabalhadores rurais. Historicamente, a questão agrária passou por mudanças, entretanto, os elementos essenciais, como a concentração fundiária extremamente elevada e suas inúmeras áreas de tensão e litígio, permanecem os mesmos. Um caminho possível para resolução de conflitos no campo e de auxílio na manutenção da população na zona rural é a reforma agrária, que está longe de ser apenas uma redistribuição de terras, visto que é de uma complexidade enorme nas esferas social, política, financeira e técnica. Após a efetivação do título da terra, o acompanhamento do Estado é de suma importância para a manutenção da produção dos recém-assentados, é importante que haja créditos e políticas de financiamento para materializar a reforma agrária, de fato, garantindo assim a diminuição da pobreza e a reprodução social dos indivíduos inseridos nesse processo.

Na Paraíba, Moreira e Targino (1997) afirmam que o espaço agrário paraibano é de exploração, pois, à medida que o espaço agrário evolui e se reestrutura, as formas de exploração sofrem alterações em diferentes momentos da acumulação do capital na agricultura, sobretudo do ponto de vista do trabalhador. A evolução das atividades de produção é um dos fatores para a divisão do espaço agrário paraibano, sendo a grande atividade canavieira a principal responsável por essa divisão. Conforme explicam Moreira e Targino (1997):

resultou uma divisão regional do trabalho: a Zona da Mata, voltou-se para a produção do açúcar e o interior (Agreste e Sertão), para a produção do gado e de gêneros alimentícios. A retração da economia açucareira, na segunda metade do século XVII, contribuiu significativamente para o povoamento do Agreste, por liberar mão-de-obra e forçar a migração para o interior (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 32).

Em se tratando de regionalização das atividades agrárias, essa configuração se mantém até os dias atuais. A chegada efetiva da modernização da agricultura, na Paraíba, tem uma diferença temporal de pelo menos uma década em comparação a região sudeste do país, a partir de 1970, são percebidas profundas alterações na dinâmica de produção. O processo inicial da organização do espaço agrário do agreste é baseado na agricultura de subsistência, constituindo-se em uma atividade paralela aos ciclos econômicos da região, como o algodão e o sisal, o crescimento ou retração da produção de subsistência estava diretamente relacionado ao sucesso ou fracasso das culturas de mercado. É importante ressaltar que a região do agreste paraibano tem características específicas em relação a outras regiões do estado. Emília Moreira e Targino (1997) ressaltam:

que entre as quatro Mesorregiões do Estado, é no Agreste onde a pequena produção possui maior importância relativa tanto econômica quanto social. Com efeito, é nesta região onde se encontram os mais baixos índices de concentração fundiária no Estado (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 97).

No que diz respeito à ocupação do agreste nordestino – região situada entre o litoral úmido e o sertão seco, considerada uma faixa de transição – pode-se destacar o processo de desenvolvimento da pecuária, que foi direcionada a leste do litoral pela ampliação dos engenhos de cana de açúcar no litoral, o que resultou em instalações de fazendas se territorializando ao longo dos rios da região (TORRES, 2020). Paralelamente a esse processo, a policultura promoveu o desenvolvimento da pequena unidade de produção que ainda se caracteriza fortemente em algumas áreas (MOREIRA; TARGINO, 1997). A modernização da agricultura é sentida no agreste a partir dos estímulos do PROALCOOL² (1970), que promoveu alterações

² O Proálcool (Programa Nacional do Alcool) consistiu em uma iniciativa do governo brasileiro de intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina (BRASIL, 2019).

no campo e nas relações de trabalho, sendo responsável pelo processo de expulsão e assalariamento de pequenos produtores.

Alguns estudos da década de 1960, que coincide com o início do fortalecimento da revolução verde no país, sinalizam as preocupações com o impacto da forma de produção capitalista na natureza. De forma a prever mudanças estruturais na agricultura nordestina, é preciso dar educação ao povo para que aprenda a tratar bem da terra e de forma mais adequada, permitindo que ela produza o máximo com o mínimo de desgaste (ANDRADE, 1963).

Historicamente, o Estado brasileiro vem sendo pressionado a diminuir a tensão no campo, porém, acredita-se que a reforma agrária atue diretamente naquelas relações de poder que são proporcionadas pela posse da terra, sendo esse um dos entraves para a efetivação dessa política de forma no Brasil para alguns pensadores da questão agrária (STÉDILE, 2005; LIMA, 2017).

A reforma agrária, no Brasil, passou a acontecer de duas formas, a primeira foi chamada de redistributiva e a segunda de reforma agrária de mercado, Lima (2017) explica essa diferença:

A primeira norteia-se, na maioria das vezes, por procedimentos desapropriatórios de imóveis que não cumprem a função social da terra, tem o Estado como agente financiador e o campesinato como protagonista. A segunda inspira-se nas políticas do grande capital, via mercantilização da terra entre agentes privados, por meio de empréstimos financiados pelo Estado, em que o campesinato é mero coadjuvante (LIMA, 2017, p. 190).

É importante atentarmos para a relevância dos movimentos sociais nessa primeira forma de promoção da reforma agrária. Os movimentos sociais do campo, apesar de extremamente marginalizado pela mídia e pelos diferentes meios de comunicação social, inicialmente, pontua-se a forma como a mídia usa palavras como invasão ou roubo de propriedade privada, fazendo com que esses movimentos sejam cada vez mais desacreditados e descredibilizados pela sociedade. Quando, na verdade, essa mesma mídia é apoiada e até mesmo financiada pelos grandes proprietários rurais, aqueles interessados em embarreirar esse processo. Os movimentos sociais de luta pela terra representam a força motriz que impulsiona e viabiliza essa primeira via promotora da reforma.

Além da contravenção midiática, é importante ressaltar o quanto é arriscado lutar pela reforma agrária, seja dentro ou fora do movimento. Os movimentos sociais no campo, além da preocupação com a reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas, estão focados na melhoria da qualidade da produção rural, o que inclui a atuação na proteção à saúde do trabalhador e dos consumidores somada com a defesa da natureza. Como esclarece Andreas (2022) sobre a proposta da ANA:

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de diálogo e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, engajadas em iniciativas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de sistemas alimentares (ANDREAS, 2022, p. 01).

Os movimentos sociais têm a força e organização necessária para uma alteração da conjuntura posta, para Kautsky (1980):

É o modo de produção capitalista que domina a sociedade atual. É o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move nosso século e lhe dá a sua fisionomia. Mas o modo de produção capitalista não constitui a única forma de produção existente na sociedade de nossos dias (KAUTSKY, 1980, p. 10).

A crise socioambiental está posta como resultado das contradições do sistema de produção capitalista, que para se reproduzir continua degradando as bases materiais de produção: a natureza e o trabalhador. O capitalismo continua sustentando sua lógica básica de acumulação e busca pelo lucro, independentemente de sua fase, desenvolvimento tecnológico ou espaço geográfico. A procura pelo lucro e pela acumulação sem se importar com as consequências para a natureza e a sociedade são opressões conhecidas desse modo de produção. Todavia, para a implementação de uma forma alternativa de produção requer terra, e a luta pela terra na região do agreste paraibano é de grande dinamismo e com a participação de várias entidades sociais, religiosas e, a partir da década de 1990, recebe o reforço de algumas instituições, como a Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas – AS-PTA e o Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, conhecido como Polo da Borborema (Moreira, 2011), que continua presente na dinâmica de resistência dos territórios. Ainda segundo a Moreira (2011), atualmente, o espaço agrário da região

apresenta duas tendências: de um lado o avanço da produção de algumas lavouras comerciais, o que promove o fortalecimento das médias e grandes propriedades e, por outro lado, o revigoramento da produção de base familiar. O avanço da reprodução do capitalismo no campo, através de modificações no processo agrícola, esmagou a cultura camponesa pela “modernização conservadora”, que também é a expressão máxima da destruição da agrobiodiversidade (MACHADO; MACHADO, 2014).

Atentos para essa questão, hoje, na Paraíba, verifica-se a importância dos movimentos sociais que resistem à alienação imposta pelo mercado e que buscam transformar o processo social que agrava as desigualdades no campo. Bessa (2016) compreende os movimentos sociais organizados como um motor da mudança socioecológica e exercem um papel fundamental na luta pela sustentabilidade da terra. Desse modo, o agravamento do processo de difusão das práticas capitalistas de produção, como o uso de agrotóxicos em uma região voltada para a produção de alimentos, mostra a urgência da atuação dos movimentos sociais rurais e de articulações que busquem restringir o consumo de agrotóxicos por parte dos trabalhadores e, por consequência, contribua para um consumo de alimentos saudáveis.

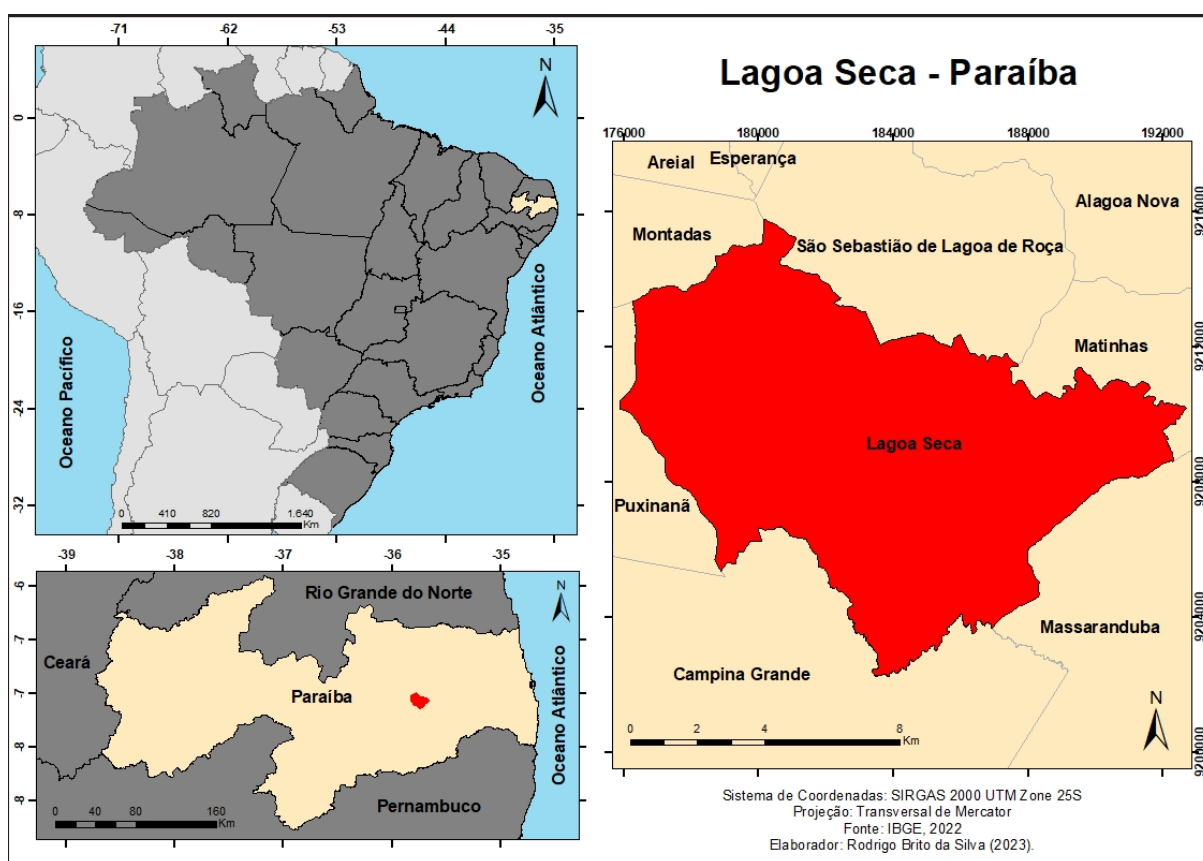
A Articulação Nacional de Agroecologia-ANA, na contramão desse processo de intoxicação da agricultura, apresenta uma série de propostas para uma sociedade mais saudável. Na Paraíba, esse movimento se organiza a partir de iniciativas no município de Lagoa Seca-PB, o que determinou a escolha do recorte territorial desta pesquisa, numa tentativa de analisar a sua contribuição na produção de novas dinâmicas socioespaciais, a partir da perspectiva agroecológica.

No espaço rural de Lagoa Seca/PB existe uma gama de iniciativas que vem fortalecendo a agroecologia local, numa perspectiva de transição agroecológica. Acreditamos que definir um espaço como agroecológico é referir-se a um estágio muito mais avançado do que o que encontramos na zona rural do município. A união de forças em favor do fortalecimento da agroecologia começa a desenvolver políticas públicas eficazes, no Brasil e na Paraíba, com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que se autodefine como, um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (ANA, 2021).

1.1 O território rural de Lagoa Seca/PB: estratégias para fortalecimento das práticas alternativas de produção

Lagoa Seca/PB se destaca pela dinâmica da produção de alimentos, uma vez que é uma região com características peculiares de povoamento e com uma estrutura agrária diferente em relação às outras da Paraíba, além de explorar uma pecuária forte (SALES, 1982). O município está localizado na Microrregião de Campina Grande, dentro do limite da mesorregião do agreste paraibano, e distante cerca de 132km da capital do estado, João Pessoa - PB. Com uma população estimada, em 2022, de 27.730 mil habitantes (IBGE, 2022), distribuídos em uma área de 108,219 km². No **Figura 1**, a seguir, pode-se observar a espacialização do município:

Figura 1 - Mapa de localização do município de Lagoa Seca/PB



FONTE: Adaptado pelo autor, 2023

O distrito de Lagoa Seca/PB foi criado em 1934 e sua emancipação política se deu em 4 de janeiro de 1964, quando se desmembrou de Campina Grande/PB. O município apresenta uma das melhores malhas fundiárias, segundo o padrão de concentração da propriedade da terra do estado da Paraíba, com índice de Gini girando em torno de 0,400 (MOREIRA, 1997).

Historicamente, o município tem características de produção agrícola especializada em abastecer o mercado interno em escala local, estadual e regional (FREITAS, 1993), como na produção de hortifrutigranjeiros³. Durante a década de 1980, se manteve como maior produtor de alguns produtos desse seguimento, conforme observa-se na **Tabela 1**, a seguir:

Tabela 1 Principais produtos hortifrutigranjeiros do município de Lagoa Seca/PB em relação ao Estado da Paraíba - 1980.

PRODUTO	ESTADO	MUNICÍPIO	% AO ESTADO
ALFACE	1.451	1.246	85%
BETERRABA	214	190	88%
CHUCHU	1.400	1.172	83%
COENTRO	3.825	2.884	75%
CEBOLINHA	108	71	65%
PIMENTÃO	4.126	1.885	45%

FONTE: (IBGE, 1980).

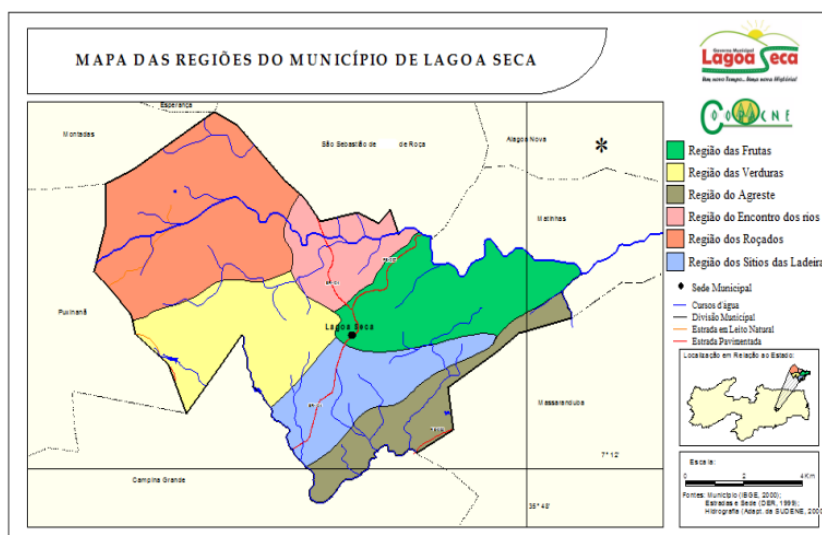
Lagoa Seca/PB também se destaca pela diversidade de organizações, iniciativas da sociedade civil e movimentos sociais relacionados ao fortalecimento dos sistemas alimentares locais. A relações sociais se desenvolveram a partir da dicotomia entre minifúndio e latifúndio que, desde a sua origem, estabelecem visões antagônicas de produção e geram conflitos com ações de resistência. Frente aos avanços da agricultura tradicional capitalista, é preciso analisar os motivos econômicos ou sociais que levaram o município a desenvolver essas características.

A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de Lagoa Seca/PB, junto à AS-PTA e ao auxílio dos pequenos produtores desenvolveu uma regionalização do município. Baseando-se nas atividades econômicas rurais e levando em consideração o plano diretor do município, a área foi dividida em seis microrregiões: das frutas; das verduras; do agreste; do encontro dos rios; dos roçados e; dos sítios das ladeiras. Como podemos analisar na **Figura 2**, a seguir, o espaço rural ficou dividido em seis microzonas ambientais: (1) região das frutas; (2) região dos roçados; (3) região das verduras; (4) região do encontro dos rios; (5) região das ladeiras e (6) região do agreste. Já os agricultores foram divididos em três grandes grupos, tendo como base a tipologia do seus agroecossistemas: (1) agricultores de roçado; (2) fruticultores e;

³ Hortifrutigranjeiros é uma atividade ligada a plantação de hortaliças, legumes e frutas, sendo uma ótima fonte de renda para pequenas propriedades.

(3) verdureiros. Esse desenho traduz a vocação dos sistemas de produção e a formação da política pública (ANA, 2021).

Figura 2 Regionalização das atividades econômicas rurais, Lagoa Seca/PB.



FONTE: Plano Diretor do Município 2000.

A regionalização demonstra que os movimentos estabelecem uma certa comunicação e que encaminham demandas ao poder público, na tentativa de criar políticas públicas efetivas no município. Segundo o IBGE (2017), o território rural continua com a característica de policultura com diferentes produtos e está dividido em lavouras permanentes e temporárias, com uma produção de hortifrutigranjeiro de 8.183 toneladas em 2022. O que pode ser observado na **Figura 3** abaixo:

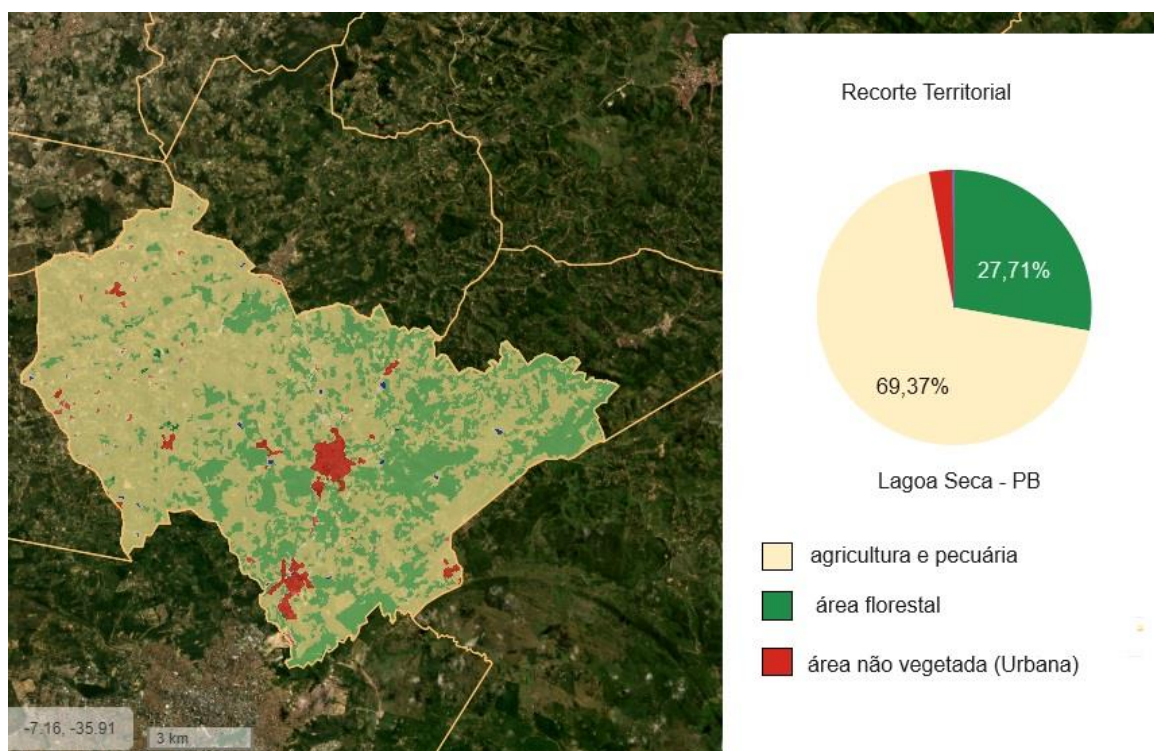
Figura 3 Lavouras permanentes e temporárias em Lagoa Seca/PB – 2022.

LAVOURA PERMANENTE			LAVOURA TEMPORÁRIA		
Produto	Hectare	Tonelada	Produto	Hectare	Tonelada
Abacate	08	64	Batata Doce	150	2.100
Castanha de Caju	35	8	Feijão	700	248
Goiaba	04	28	Mandioca	300	2.700
Laranja	50	300	Milho	100	60
Limão	30	210	Tomate	02	60
Mamão	10	200	Amendoim	02	05
Manga	30	210			
Maracujá	15	180			
Tangerina	230	1.610			

FONTE: (IBGE CIDADES, 2023, adaptado).

Segundo os dados do Censo agropecuário de 2017, do total de 2.026 estabelecimentos rurais, cerca de 66% se enquadram como agricultura familiar. Também é importante destacar que o município sofre uma tensão política de acesso à terra, seja pelo processo de urbanização no campo, com o aparecimento de bairros rurais, seja pelo interesse de famílias que moram em zonas urbanas, com o avanço de granjas e condomínios rurais (ANA, 2021). Na **Figura 4**, a seguir, podemos enxergar o recorte territorial de Lagoa Seca/PB, dividindo-se em três classes: a) agricultura e pecuária, que corresponde 69,37% do município; b) área florestal, que integra o bioma da Caatinga⁴ e corresponde a 27,71; e c) Área Urbana que tem uma parcela de 2,7% do território.

Figura 4 Recorte territorial do Município de Lagoa Seca/ PB.



FONTE: (MAPBIOMAS, 2023, adaptado).

⁴ Exclusivamente brasileiro, o bioma Caatinga é o principal ecossistema/bioma da região Nordeste. A caatinga é o bioma menos conhecido do país, já que se realizaram poucas coletas no mesmo. No entanto, os dados mais atuais indicam uma grande riqueza de ambientes e espécies, tratando-se do bioma semiárido mais biodiverso do mundo (BRASIL, 2021).

Nas últimas décadas, Lagoa Seca/PB vem apresentando diversas práticas no contrafluxo da agricultura tradicional mecanizada, ao desenvolver mecanismos para uma agricultura alternativa de respeito a natureza e aos seres vivos, em geral. A partir da ação da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, que é formada por uma rede de movimentos sociais e organizações da sociedade civil para a promoção da agroecologia e de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural.

Em Lagoa Seca/PB, a ANA constrói um exercício de diálogo com as organizações interessadas no desenvolvimento da agroecologia no município, formando assim um grupo intitulado “Grupo de Referência”, que é responsável por discutir ações e encaminhá-las ao poder público. Em 2021, esse grupo de trabalho tinha a seguinte configuração: 1) Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca/PB- STR; 2) Consultora da ANA estadual; 3) Diretora do Sindicato e da Comissão de Juventude; 3) Engenheira agrônoma do programa “planta Lagoa Seca/PB” e; 4) Secretário de Agricultura e Abastecimento.

O grupo tem a agroecologia como base e a partir dela constrói outras frentes de atuação, conforme **Quadro 1**:

Quadro 1 Temas de atuação do Grupo de Referência.



FONTE: (ANA, 2021, adaptado).

A agroecologia traz propostas articuladas para valorizar a diversidade e, conseqüentemente, desafios diante de temas tão complexos, ressaltando a importância dos movimentos sociais e da sociedade civil como agentes efetivos desse processo, além daqueles que tentam barrar o processo visando benefícios particulares.

Os movimentos sociais no campo, além da preocupação com a reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas, estão focados na melhoria da qualidade da produção rural, o que inclui a atuação na proteção à saúde do trabalhador e dos consumidores somado com a defesa da natureza. Como esclarece Andreas (2022) sobre a proposta da ANA:

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de diálogo e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, engajadas em iniciativas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de sistemas alimentares (ANDREAS, 2022, p. 01).

Em Lagoa Seca/PB existe uma ação consolidada e atuante no campo, com destaque para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, que há mais de cinquenta anos, em parceria com outras organizações, vem contribuindo para a organização econômica e técnica dos sistemas de produção dos pequenos produtores. A **Figura 5** abaixo ilustra a sede do Sindicato.

Figura 5 Fachada do sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa Seca/PB.



FONTE: (Acervo pessoal, obtido em trabalho de campo, 2022).

A princípio, esse papel foi assumido pelos movimentos sociais do campo que lutam por uma agricultura saudável e que, a partir de um conjunto de forças coletivas, procuram desconstruir os mitos do agronegócio, buscando liberdade de autonomia de produção. Desse modo, vem sendo desenvolvida uma rede de organizações de experiências agroecológicas com uma significativa abrangência no município e região. Através de uma parceria entre o Sindicato, o Polo da Borborema e AS-PTA se consolidou tanto como um demandante de políticas públicas específicas quanto como um espaço político-organizativo, unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar, em torno da construção de um projeto de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia no território da Borborema. Uma rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STTRs), aproximadamente 150 associações comunitárias, e uma organização regional de agricultores ecológicos, que articulam mais de 5 mil famílias agricultoras dos 15 municípios que conformam o Território da Borborema (SILVA, 2021).

CAPÍTULO 2

A REVOLUÇÃO VERDE, AGROTÓXICOS E INSEGURANÇA: UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS EM CONTRAPOSIÇÃO AOS MODELOS CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO

A inserção dos agrotóxicos no espaço agrário paraibano acompanhou o desenvolvimento de um novo modelo de produção no campo brasileiro que se consolidou entre as décadas de 1960 e 1970 e ficou conhecido como Revolução Verde. Esse novo modelo se configurou como uma intensificação do capitalismo na agricultura e trouxe alterações não só no âmbito da forma de produção no campo, como também nas esferas sociais, políticas e culturais. Essa expansão do capital no campo agravou a relação conflituosa entre grandes latifundiários e pequenos produtores sem-terra no espaço agrário brasileiro.

Na Paraíba, a legislação estadual, em sua competência nº 9.007 de dezembro de 2009, é bastante específica em relação à uma série de protocolos e providências que devem ser respeitados por quem se dispuser a utilização de agrotóxicos no Estado, conforme pode ser observado na complexidade dos Art. 6º, 12º e 17º, desta Lei:

Art. 6º Somente poderão ser produzidos, comercializados, transportados, armazenados e utilizados, no Estado da Paraíba, agrotóxicos, seus componentes e afins, que sejam devidamente registrados no órgão federal competente e cadastrados na Gerência Operacional de Defesa Vegetal - GODV da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP, observando o disposto nesta Lei.

Art. 12. Fica proibido no Estado da Paraíba, o transporte de agrotóxicos, seus componentes e afins em veículos de transporte coletivo, em cabines e outros tipos de veículos fechados.

Art. 17. Os agrotóxicos, seus componentes e afins, só poderão ser comercializados ou entregues ao uso, para toda e qualquer forma de aplicação, em todo o Estado da Paraíba, mediante prescrição da Receita Agrônômica, prescrita por profissional de nível superior legalmente habilitado, engenheiro agrônomo ou florestal, no âmbito de suas competências (PARAÍBA, 2019).

De fato, existe uma preocupação no marco regulatório quanto aos riscos presentes em todas as etapas de circulação dessas substâncias e até quanto a necessidade de receita agrônômica prescrita por um profissional habilitado. Contudo, é sabido da dificuldade para

seguir essa legislação. Outra medida significativa para a divulgação dos malefícios provocados por substâncias foi a promulgação da Lei estadual nº 9.781/2012, que institui o “Dia Estadual de Combate ao uso de Agrotóxicos”, com o objetivo de despertar a população para a necessidade do consumo de produtos saudáveis e ambientalmente sustentáveis. Essas medidas são importantes para colocar o tema em debate a nível estadual, entretanto, são inconsistentes em se tratando de ações diretas no combate ao uso de agrotóxicos.

Entendemos por agrotóxicos, as substâncias desenvolvidas a fim de controlar o desenvolvimento das pragas ou matar diretamente outros organismos nocivos à produção. Essa prática traz agravos diretos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador rural, e indiretos aos consumidores. As substâncias tóxicas, ou agrotóxicas, são venenos que, ao entrar em contato com um ser vivo, produzem lesões, enfermidades e alterações no organismo e na psique (PIGNATI, 2011). Essas substâncias são desenvolvidas para eliminar seres biológicos, contudo, o limiar entre matar um inseto e um ser humano é muito curto.

As pesquisas que deram sustentação à “modernização” da agricultura apregoavam que o aumento da produção agrícola nos países em desenvolvimento acabaria com a fome. Entretanto, cerca de sessenta anos após a implementação deste “pacote de desenvolvimento”, percebe-se que esse processo além de não ter acabado com a fome e a desnutrição, ainda tornou grande parte da agricultura dependente dos agrotóxicos. A população como um todo está inserida no que para Mata (2013, p. 10) “é um dos maiores problemas ambientais do mundo”. Além dos riscos diretos, existe uma série de riscos “camuflados”, que são desconsiderados no processo de intoxicação do espaço agrário, tais como as toneladas de agrotóxicos vencidos que são amontoados em depósitos (GARCIA, 2010). Desse modo, acaba sendo mais uma consequência negativa dos problemas causados pelos agrotóxicos, sem a existência de um plano prévio para a resolução dessas problemáticas que surgiriam no decorrer da inserção dos agrotóxicos na agricultura. A expansão do uso desses insumos é assustadora, o Brasil já carrega o título de maior consumidor de agrotóxicos. O que também se dá pela liberação de produtos cujos princípios ativos são proibidos em diversos países pelo seu alto poder de risco aos trabalhadores e à natureza. Exemplo disso é o fungicida *carbendazim*, que é proibido, desde 2010, em toda a União Europeia, após pesquisadores indicarem que a exposição a este produto está associada a defeitos genéticos, risco à fertilidade e ao feto, além de ser muito tóxico para a vida aquática (RAMA, 2013).

Já a *atrazina*, um dos principais herbicidas usado no país, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), é proibida na União Europeia, desde 2004, por estar associada a doenças como Parkinson, alguns tipos de câncer e infertilidade. Contudo, em 2018, foi o produto mais encontrado em alimentos através dos testes realizados, o que motivou o início do processo de reavaliação toxicológica em 2020. É importante destacar que, no Brasil, o registro dos agrotóxicos não tem período determinado de validade, uma vez que aprovado podem ser comercializados de forma indefinida (RAMA, 2013). A **Tabela 3**, a seguir, exemplifica outros agrotóxicos proibidos internacionalmente que são utilizados no Brasil:

Tabela 3 Agrotóxicos proibidos em outros países e utilizados no Brasil.

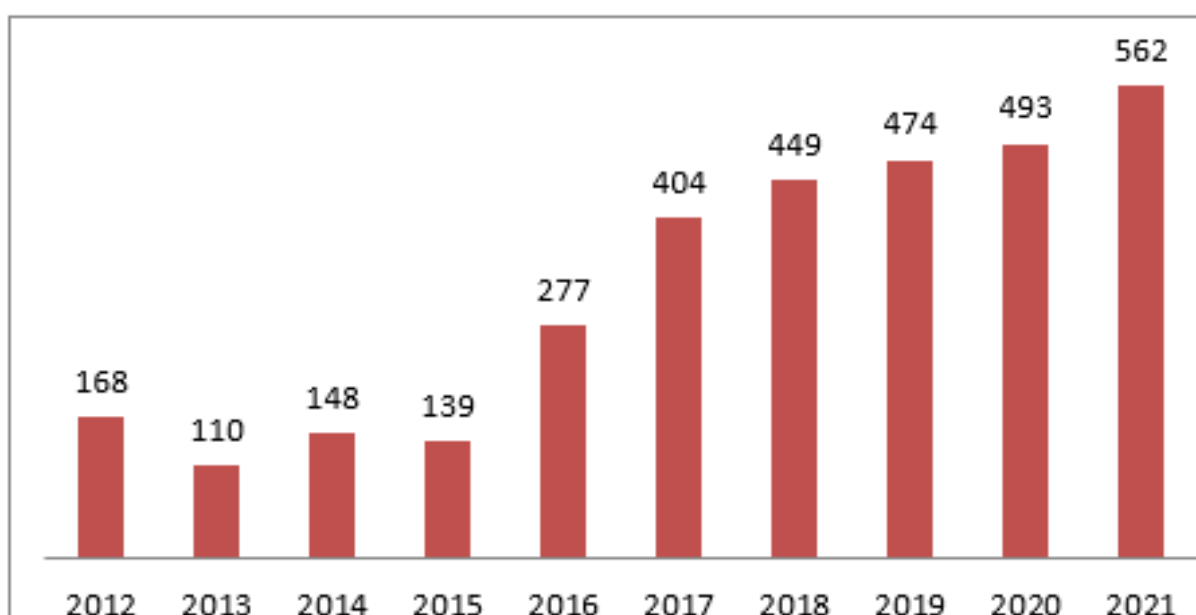
AGROTÓXICO	PROIBIÇÃO	EXEMPLO DE CULTURA	PROBLEMAS RELACIONADOS
ACEFATO	UNIÃO EUROPEIA	BATATA, FEIJÃO, SOJA.	CANCERÍGENO E NOCIVO AO SISTEMA NERVOSO E PRODUTIVO.
CARBOFURANO	EUA/UNIÃO EUROPEIA	CAFÉ, MILHO, TOMATE.	DESREGULAR O SISTEMA ENDÓCRINO.
FOSMETE	UNIÃO EUROPEIA	FRUTAS CÍTRICAS	NOCIVO AO SISTEMA NERVOSO E INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA.
LACTOFEM	EUA/UNIÃO EUROPEIA	SOJA	CANCERÍGENO.
PARAQUATE	UNIÃO EUROPEIA	CAFÉ, MILHO, SOJA.	DOENÇA DE PARKINSON E FIBROSE PULMONAR.
PARATIONA	UNIÃO EUROPEIA/JAPÃO/CHINA	ALHO, ARROZ, CEBOLA.	MUTAÇÕES GENÉTICAS E DANOS AO SISTEMA NERVOSO.
TIRAM	EUA	ARROZ, TRIGO, MILHO.	MUTAÇÕES GENÉTICAS E DANOS AO SISTEMA ENDÓCRINO.

FONTE: (ANVISA, 2015).

Os incentivos e as mobilizações a favor do uso de agrotóxicos são fatores de favorecimento à expansão de seu uso. Esse panorama se agravou durante o governo Bolsonaro (2019-2022) registrou, em 2021, a liberação de 1.529 agrotóxicos. Esse governo foi responsável

por cerca de 40% dos agrotóxicos passíveis de serem comprados legalmente no Brasil (SALATI, 2022), dos mais de 1,5 mil agrotóxicos registrados no Brasil, 8% deles são classificados como “extremamente tóxicos” à saúde pela ANVISA, e 31% como “altamente perigoso” ao meio ambiente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Esse avanço pode ser observado no **Gráfico 01**, que detalha a liberação de Agrotóxicos no Brasil, nos últimos 10 anos:

Gráfico 1 Liberação de Agrotóxicos no Brasil nos últimos 10 anos.



FONTE: BRASIL, 2022.

Em uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC) é apresentado mais um viés de possível intoxicação para o consumidor final, desta vez nos alimentos ultraprocessados⁵, na qual “resíduos de 13 tipos de agrotóxicos foram encontrados nesses produtos ultraprocessados. Em um simples biscoito água e sal, por exemplo, encontramos resíduos de até sete agrotóxicos”. (IDEC, 2021, p. 05).

O mito do uso “seguro” de venenos químicos não se sustenta quando diante dessa realidade apresentada, o que se soma à contaminação de rios, águas subterrâneas e solos. Existe uso de agrotóxicos em diferentes tipos de propriedades, independente do seu tamanho e

⁵ Formulações industriais produzidas a partir de diversas técnicas de processamento e com muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial. O seu processamento visa à criação de produtos prontos para o consumo, como refrigerantes, guloseimas, sorvetes e fórmulas infantis, por exemplo, (IDEC, 2021).

localização. O uso generalizado dessas substâncias traz a preocupação com o risco de contaminação na manipulação de agrotóxicos, que não é uma exclusividade do campo, como nos lembra Rigotto (2014):

Os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados. (RIGOTTO, 2014, p. 01)

Os agrotóxicos estão na cidade não só nos alimentos contaminados, mas também nos inseticidas domésticos ou em estratégias estaduais, municipais e federais de combate a doenças como a Dengue, por exemplo. Assim, as ações contra o uso de agrotóxicos independem de sua localização, já que é um “inimigo invisível”, muitas vezes, naturalizado por estratégias capitalistas de consumo.

O modelo hegemônico do agronegócio insere esse coquetel de insumos diariamente na agricultura brasileira e ainda não representa os principais malefícios dos agrotóxicos aos seres humanos, como a associação entre o uso de agrotóxicos a diversos tipos de câncer – mama, próstata e útero (DUTRA et al, 2020). Para Rigotto (2010), estamos diante de expressões vivas e concretas do destrutivismo que alimenta. É preciso que esse debate passe a ser prioritário na sociedade brasileira, pois o risco se espalha em todos por toda sociedade. A natureza está sobrecarregada, enquanto as grandes empresas produtoras têm lucros exorbitantes durante uma crise econômica mundial. Não há razão técnica, moral, ética, sanitária ou econômica para continuar com esse modelo de produção dependente da indústria química, afinal, a maioria da sua produção não é de alimentos (MACHADO; MACHADO, 2014).

Outro reflexo da lógica de produção capitalista no campo é o fortalecimento da insegurança alimentar, tendo em vista que apenas quatro em cada dez famílias têm acesso pleno à alimentação e 33 milhões de brasileiros passam fome. (REDE PENSSAN, 2022) Já é o pior cenário, desde que foi criada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), entre 2003 e 2004, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, como medida direta da percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar no país. A EBIA chama de segurança alimentar quando as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e classifica a insegurança alimentar em três categorias: insegurança alimentar leve, insegurança alimentar

moderada e insegurança alimentar grave, o quadro 02 traz esses dados com as definições de cada categoria:

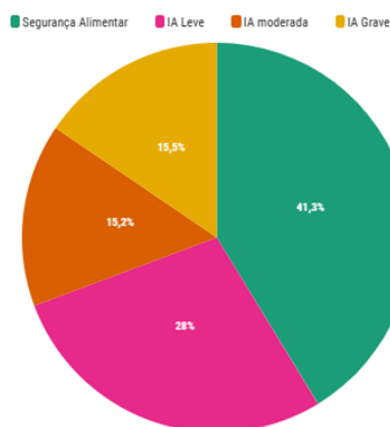
Quadro 2 Categorias de Insegurança Alimentar (EBIA).

<p>INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada.
<p>INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos.
<p>INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE</p> <ul style="list-style-type: none"> • São caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome.

FONTE: (BRASIL, 2012, autoria própria).

Dessa forma, é possível perceber que a qualidade da alimentação está diretamente ligada ao processo de segurança alimentar (leve) e a criação de diferentes categorias pode mascarar a quantidade real de famílias em vulnerabilidade alimentar. A distribuição da população brasileira pode ser observada no **Gráfico 2**, que mostra a “Distribuição dos brasileiros por condição de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar”:

Gráfico 2 Distribuição dos Brasileiros por condição de Segurança Alimentar e Níveis de Insegurança Alimentar.



FONTE: II Inquérito de Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil (2022).

Os níveis de insegurança alimentar superam os 58% da população brasileira, contraditoriamente, o conceito de segurança alimentar é um direito assegurado por lei para que todas as pessoas tenham uma alimentação com quantidade suficiente para não existir fome. O Art. 2º da Lei 11.346 diz que:

a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

O aumento dos índices de insegurança alimentar está diretamente ligado à suspensão de políticas públicas durante o governo Bolsonaro, como a derrubada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que tinha como objetivo o enfrentamento da fome, criando soluções para problemas relacionados a insegurança alimentar e era composto pela sociedade civil.

O direito à alimentação adequada vem sendo negado ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que há um recorde de produtividade em monoculturas com o auxílio de tecnologias no campo, a quantidade de pessoas em insegurança alimentar só aumenta, conforme os dados de insegurança alimentar dos últimos anos (REDE PENSSAN, 2022). A conclusão possível é a de que o combate à fome, no Brasil e no mundo, não está em primeiro plano, tendo em vista que existe tecnologia e conhecimento para o fim desse problema social, não tendo relação com a produção e sim com a distribuição desigual de renda.

Um norte para sair desse retrocesso é buscar políticas públicas que permitam a produção de alimentos saudáveis o ano todo e a valorização da agricultura familiar, já que ela produz alimentos e assegura a biodiversidade. São os produtores da agricultura familiar que buscam o rompimento da lógica capitalista de produção e que sem eles ficamos dependentes das sementes transgênicas⁶.

⁶ O transgênico é um organismo que recebe um gene retirado de outro, o que lhe confere uma característica nova. A depender do gene adicionado, a planta pode se tornar mais nutritiva ou mais resistente à seca, a pragas ou a agrotóxicos (SENADO, 2017).

Diante do exposto, uma série de medidas começam a ganhar força no Brasil em prol de uma agricultura mais saudável, ou seja, um movimento agroecológico como forma de resistência a esse modelo hegemônico. Atentos para essa questão, hoje, na Paraíba, verifica-se a importância dos movimentos sociais que resistem à alienação imposta pelo mercado e que buscam transformar o processo social que agrava as desigualdades no campo. Assim, é preciso buscar caminhos de superação desse modelo de produção pautado nos agrotóxicos, além de fazer ações de resistência contra o seu uso e a favor da vida. Segundo Stédile (2014):

Temos de fazer um trabalho civilizatório em alertar a população: é um verdadeiro crime o que está acontecendo por conta do agronegócio. Eles estão tendo lucro a peso de vidas humanas. O Inca advertiu que, a cada ano, surgem 500 mil novos casos de câncer no Brasil (STÉDILE, 2014, p. 03).

Em Lagoa Seca/PB essa preocupação se potencializa pela dinâmica da produção de alimentos, uma vez que é uma região com características peculiares de povoamento e com uma estrutura agrária diferente em relação às outras do Estado, além de explorar uma pecuária forte (SALES, 1982).

O conceito de agroecologia tem como princípio a construção de bases científicas para uma agricultura alternativa. Ao longo do tempo, esse debate se desenvolveu de forma complexa, uma vez que a agroecologia não se limita a aspectos técnicos de produção; é um movimento amplo com consequências diretas em questões sociais, culturais e ambientais. De acordo com Guzmán (2012):

Em seu sentido mais amplo a Agroecologia tem uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante já que, ainda que parta de uma dimensão técnica e seu primeiro nível de análise seja a unidade de produção, desde ela se pretende entender as múltiplas formas de dependência que gera o atual funcionamento da política, da economia e da sociedade sobre a cidadania, e em geral e sobre os agricultores em particular (GUZMÁN, 2012, p. 65).

Além da dificuldade econômica de disputar espaço e terra com o agronegócio, a agroecologia tem um desafio social, visto que não se constrói agroecologia sozinho, é preciso uma rede de pessoas que construa sua identidade coletiva e o acesso para o desenvolvimento desse processo de produção, apresentado como uma alternativa.

A agroecologia apresenta propostas articuladas que valorizam a diversidade e, com base em metodologias sustentáveis, busca superar a ideia de que a agricultura é incapaz de produzir alimentos em larga escala. Esse papel foi assumido pelos movimentos que lutam por uma agricultura saudável e que, a partir de um conjunto de forças coletivas, procuram desconstruir os mitos do agronegócio, buscando liberdade de autonomia de produção. A efetivação completa da agroecologia ainda se apresenta como uma opção utópica, mas todas as pequenas e grandes práticas que se materializam no território são o resultado de uma ruptura com o padrão produtivo atual. Isso representa um passo que desencadeia uma série de questões a favor da vida, como produtividade e diversidade. Já a agroecologia, enquanto ciência, age sobre a realidade em movimento, ao passo que a ciência hegemônica é aliada ao capitalismo, por isso devemos compreender que o conhecimento popular é uma forma de resistência, nas palavras de Cox de Britto (2018):

Se por um lado a ciência hegemônica permitiu um nível de desenvolvimento, melhorando em muitos casos a vida das pessoas, por outro, este paradigma causou a separação da sociedade e da natureza implicando na ocultação de saberes milenares e na erosão genética de grande parte da biodiversidade do planeta (BRITTO, 2018, p. 05).

Os desafios políticos se somam para a construção de uma agroecologia forte, a revolução verde teve o papel de construir o aparato científico, a partir de um discurso social (acabar com a fome, através da produtividade). Hoje, percebe-se as consequências de inserir esse modelo no Brasil, não só pela padronização da cultura, mas pela crise alimentar e ambiental instaurada. O momento atual demanda um fortalecimento de questões políticas, embora não acabem as demonstrações de superioridade na qualidade social e ambiental dos produtos, o grande desafio para o desenvolvimento da agroecologia está na conscientização da população e nas políticas públicas de incentivo ao consumo e à produção. A agroecologia é uma alternativa de produção e de mercado, segundo Caporal (2012):

Sem um adensamento das forças sociais em defesa de profundas orientações nas políticas públicas e na reformulação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, os processos de inovações agroecológica dificilmente ultrapassarão o atual estágio de experiências isoladas e socialmente pouco visíveis para expandir suas escalas de abrangência social e geográfica aos territórios do país inteiro (CAPORAL, 2012, p. 72).

O caminho para efetivação de mudanças vem atrelada à luta e às experiências dos movimentos sociais e de organização que acreditam que a agroecologia é possível. Em Lagoa Seca, existe uma gama de iniciativas que vêm fortalecendo a agroecologia local. A seguir, serão descritas algumas iniciativas que fortalecem a agricultura alternativa no município e o processo de embate contra a agricultura convencional. As ações, que são apresentadas a seguir, se territorializam no espaço ao promover caminhos e estratégias rentáveis. E tem como principal desafio a captação de mais produtores, transformando-os em atores de seu próprio desenvolvimento e como protagonistas do processo de mudança social.

1.2 Dinâmica das práticas alternativas de produção em Lagoa Seca/PB

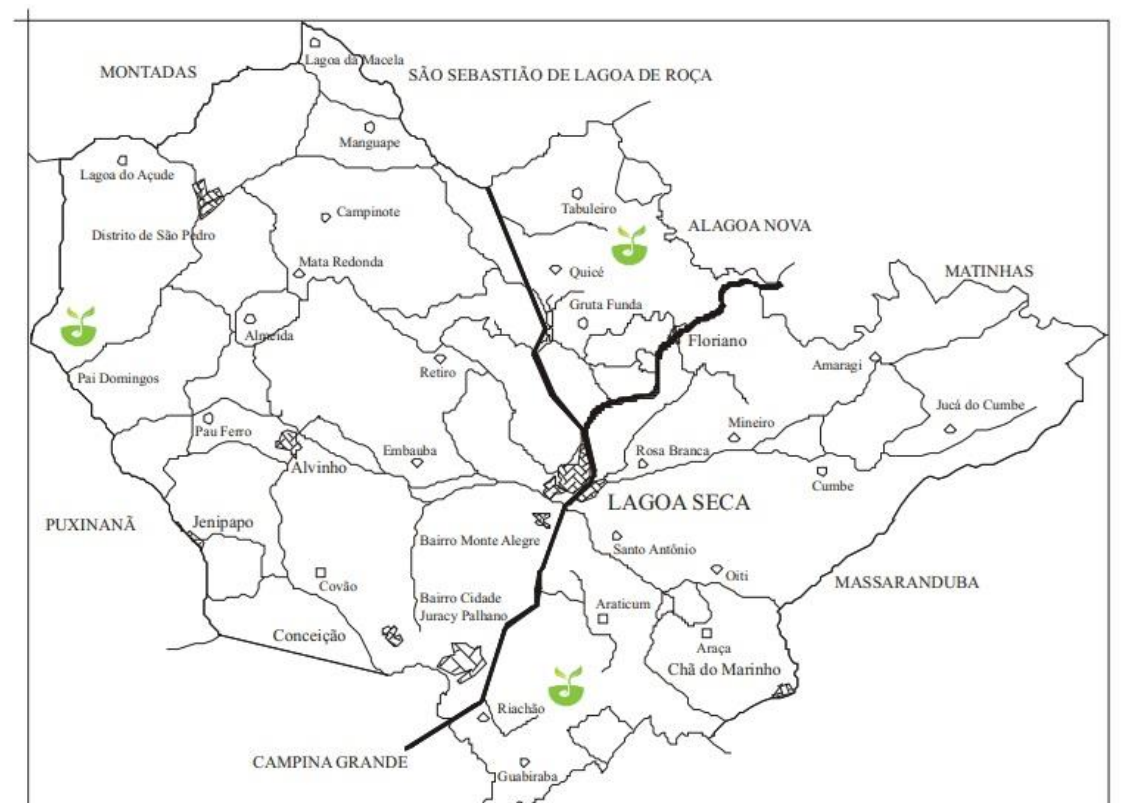
Inicialmente destacamos uma das práticas agroecológica, mas que também representa uma forma de luta a favor da segurança alimentar denominada de Banco de Sementes Comunitários – BSC. É organizada pelos “Guardiões de Sementes” que são agricultores que responsáveis pela conservação de diferentes espécies e pela multiplicação das sementes ao longo do tempo (FREITAS, 2017). Essa prática é eficaz na escolha da melhor opção de semente/cultura para cada região, mas essa prática individualizada pode gerar a desigualdade na distribuição das sementes e a perda pela dificuldade de manutenção do armazenamento. É nesse sentido que os técnicos da AS-PTA atuam com as sugestões de armazenamento, conservação e, principalmente, no incentivo de troca de experiências e sementes crioulas⁷ para a próxima época do plantio.

De acordo com os dados levantados pela presente pesquisa, **Figura 5**, no município de Lagoa Seca/PB, existem três Bancos Comunitários de Sementes: um na Comunidade de Gravatá, um no sítio Pai Domingos e um intitulado “Banco Mãe”. Foi constatado um número significativo de agricultores e agricultoras guardiãs das sementes no Banco Familiar, ou seja,

⁷ As sementes crioulas são aquelas utilizadas e armazenadas por comunidades tradicionais, agricultores familiares e comunidades indígenas. A produção de sementes crioulas passa pelo processo de seleção, beneficiamento, secagem e armazenamento. Possuem grande relevância para a manutenção da preservação da agrobiodiversidade, possibilitando a manutenção da variabilidade genética, redução do custo de produção e garantia da soberania alimentar (LIMA, 2022).

agricultores que por conta própria, preserva sementes nativas, essa ação que é forte no município, o que garante a permanência das sementes crioulas.

Figura 5 Espacialização dos Bancos de sementes Comunitários em Lagoa Seca/PB.



FONTE: (Borges, 2019, adaptado).

As sementes crioulas na região são conhecidas como “Sementes da Paixão” e têm um significado estratégico para os pequenos produtores. A origem da palavra, segundo Freitas (2017), vem de um agricultor conhecido como Seu Dodô, por ocasião em um evento estadual sobre sementes em 1998, o agricultor disse: “eu quero plantar é o milho jabatão, o feijão corujinha e a fava cara larga, e não a semente que vem de fora. Essas são minhas sementes da paixão”. Assim, em 2014, foi sancionada uma Lei municipal 206/2014 que dispõe sobre o Programa Municipal de Sementes:

§ 1o - Para viabilizar o programa de que trata o caput deste artigo, em parceria com o conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável, associações comunitárias e o sindicato dos trabalhadores rurais, serão criados bancos comunitários de sementes nas comunidades rurais e associações comunitárias

e fortalecer os bancos comunitários de sementes já existentes no município de Lagoa Seca/PB, com acompanhamento técnico.

§ 2o - O Programa municipal de sementes buscará garantir a sustentabilidade da agricultura familiar, através do repasse de sementes para os Bancos comunitários de sementes existentes nas comunidades e associações comunitárias, favorecerá a organização das famílias, propiciará capacitação e formação para que façam o gerenciamento nas comunidades.

§ 3o - Em hipótese nenhuma no Programa Municipal de Sementes aceitará a compra e distribuição de sementes transgênicas ou híbridas para distribuição em nome do Programa Municipal de Sementes (LAGOA SECA, 2014).

Essa lei é considerada uma grande vitória, mesmo com períodos de estiagem e a pressão de grandes empresas para vender suas sementes ao Estado, pois a expectativa é de sempre aumentar a aquisição de sementes crioulas. Em 2021, a Secretaria de Agricultura e abastecimento do município foi responsável pela distribuição de 1,380 toneladas de sementes crioulas de quatro variedades de feijão, uma de fava e uma de milho. As sementes foram adquiridas na região pelos guardiões de sementes (ANA, 2021), ou seja, pessoas que por conta própria preservam as sementes.

A partir da Lei Nº 206/2014, alguns desdobramentos são apontados como: a criação de Bancos Comunitários de Sementes nas comunidades rurais; o fortalecimento dos já existentes através do repasse das sementes e; o veto à compra e à distribuição de sementes transgênicas e híbridas por parte do município. As sementes, prioritariamente, devem ser de variedades crioulas e adquiridas de agricultores familiares da própria região. Outro elemento importante é o resgate das variedades crioulas e a multiplicação, quando necessário, para o abastecimento dos bancos comunitários de sementes. Nas palavras do autor da lei, o Secretário de agricultura e abastecimento, Nelson Anacleto, a incidência da sociedade civil e as inovações agroecológicas:

foram uma base de ensinamentos para formular e propor a criação da Lei Nº 206/2014, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes, proposta apresentada à Câmara de vereadores pelo mandato do vereador Nelson Anacleto Pereira (PT), em 2013, e sancionada em 2014 (ANA, 2021, p. 08).

Já em 2007, foi construído o Banco Mãe, **Figura 6**, que envolveu cerca de 1.500 famílias no território. De acordo com a ASPTA foram catalogadas 120 variedades diferentes de sementes. O plano municipal de sementes se transformou numa estratégia de fortalecimento

dos pequenos agricultores e do processo agroecológico, incentivando outros produtores a seguir com esse modelo de reconfiguração do território municipal. A expectativa é que esse movimento seja replicado e aceito em outras regiões do estado como forma de promover a alimentação saudável.

Figura 6 Banco de “Sementes Mãe” em Lagoa Seca/PB.



FONTE: (ASPTA, adaptado, 2007).

O Banco Mãe de Sementes ainda cumpre papel relevante como um Centro de Atividades e de Formação de agricultoras e agricultores-experimentadores, mas que também serve para o desenvolvimento de atividades produtivas como a da estruturação de uma cozinha-escola para fortalecer as estratégias de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, dando relevo ao trabalho, favorecendo o empoderamento e a geração de renda. Um desafio do plano municipal de sementes é a do governo Estadual, que continua distribuindo sementes transgênicas e causando impactos nas comunidades, já que contamina as sementes crioulas. As organizações inseridas como por exemplo a ASPTA vêm combatendo essa prática com campanhas educativas como a “Não planto transgênico pra não apagar a minha história”. Assim, Lagoa Seca/PB virou referência de experiência metodológica para outros municípios no

que se refere aos caminhos que foram trilhados para o município destinar recursos de fortalecimento do Programa Municipal de Sementes. Além dos avanços que a lei possibilita, como o debate sobre a criação de pequenos animais e o Programa ‘Lagoa Seca Verde’⁸, que contempla a lei Municipal de Sementes e visa a arborização da cidade.

Em 2023, a Secretaria de Agricultura e abastecimento vem ouvindo as demandas dos pequenos produtores e efetivando práticas de fortalecimento, como o programa “Planta, Lagoa Seca”, que juntamente com a distribuição de sementes, intensifica o corte da terra⁹. Em 2022, mais de três mil horas de corte de terra beneficiaram as pequenas propriedades rurais do município e a estimativa é de ampliação para os próximos anos. Segundo o Secretário, em entrevista para esta pesquisa, mais de 100 famílias (2023) já receberam o amparo no tocante à preparação da terra para plantio. “Apesar dos desafios, queremos acelerar os trabalhos e não deixar ninguém sem sua terra cortada” (Nelson Anacleto, 2023, entrevista). A solenidade de abertura oficial (abril de 2023) do programa contou com a presença da atual prefeita do município, Dalva Lucena (PP), do Secretário de Agricultura, Nelson Anacleto, e do Deputado Estadual e ex-prefeito, Fábio Ramalho (PSDB), do Presidente do STR de Lagoa Seca/PB, Nelson Ferreira, além de representantes das associações comunitárias, como pode-se observar na **Figura 7**, abaixo:

⁸ O Programa Lagoa Seca Verde, que tem como objetivo a conscientização da população em uma cidade mais arborizada. O programa faz parte da Lei nº 263/2017, que garante um plano municipal de arborização urbana que estabelece uma política de plantio, preservação, manejo e expansão (LAGOA SECA, 2021).

⁹ O preparo convencional do solo consiste no revolvimento de camadas superficiais para reduzir a compactação, incorporar corretivos e fertilizantes, aumentar os espaços porosos e, com isso, elevar a permeabilidade e o armazenamento de ar e água. Esse processo facilita o crescimento das raízes das plantas. Além disso, o revolvimento do solo promove o corte e o enterro das plantas daninhas e auxilia no controle de pragas (EMBRAPA, 2022).

Figura 7 Abertura do Programa “Planta, Lagoa Seca 2023”.



FONTE: Prefeitura Municipal de Lagoa Seca/PB. (2023)

O objetivo central desse tipo de processo produtivo é que os alimentos da produção alternativa cheguem à mesa do consumidor final. A produção agroecológica necessita de investimentos em todo o processo produtivo para romper com as práticas comerciais já estabelecidas. Uma das práticas para escoação dos produtos são as feiras agroecológicas. No caso do município, a feira intitulada de “Um Natal sem veneno” surgiu em meados dos anos 2000, numa iniciativa dos próprios produtores e do STR (OLIVEIRA et al, 2013), e ganhou destaque pela qualidade dos produtos, tornando-se um espaço de socialização entre os agricultores e os consumidores à procura de alimentos saudáveis. A manutenção das feiras gerou a formação de uma organização, conforme as palavras de Oliveira et al (2013) explicitam:

Em 2003, com 29 barracas, surgiu a Associação dos Produtores Agroecológicos de Lagoa Seca, que é, até hoje, um importante espaço para a troca de conhecimentos. A experiência da Feira Agroecológica de Lagoa Seca/PB é um importante aprendizado para todos os agricultores do Polo Sindical da Borborema, estudantes de cursos como Agroecologia, técnico em Agropecuária, dentre outros (OLIVEIRA et al, 2013, p. 02).

Todavia, a abrangência da feira ainda é limitada à escala local, a comercialização desses produtos se dá entre Lagoa Seca e Campina Grande – PB (distante cerca de 10km). Enquanto as dinâmicas de comercialização da agricultura convencional têm um domínio regional com mercados no estado do Rio Grande do Norte – RN e Pernambuco-PE, além de mercados fixos,

como atravessadores e Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) (ANA, 2021). É de comum entendimento que a vivência do produtor em todo o processo produtivo contribui de forma significativa para a valorização de seu trabalho, na medida em que se exclui o atravessador, o produto fica mais rentável e proporciona um fator de permanência na atividade. Assim, a feira é um instrumento de extrema importância social, posto que divulga o processo produtivo, chega de forma direta aos espaços urbanos e promove o diálogo e a conscientização das pessoas.

Outra prática difundida pelo território são os “quintais produtivos”, que compreendem uma das formas mais antigas de manejo da terra, pois consistem em uma combinação de espécies florestais, agrícolas, medicinais e ornamentais e estão associados, muitas vezes, à pequena criação de animais domésticos (CARNEIRO et al, 2013). Essa diversidade de produção em escala reduzida, contribui para o fortalecimento da segurança alimentar e para o desenvolvimento da agroecologia, com a proteção de espécies e conhecimento ao longo do tempo. Os quintais são também uma estratégia de subsistência e, conseqüentemente, contribuem para uma estabilidade econômica, pois é mais que um espaço social e de lazer, é também uma unidade de produção em pequena escala econômica, que compreende tanto as plantações quanto a criação de animais em áreas relativamente confinadas (BEZERRA, 2013). (Não entendi! essa ideia que me parece contraditória com as ideias continuadas na mesma frase)

Na maioria das vezes, a manutenção dos quintais é de responsabilidade das mulheres da família, o que corrobora para a luta pelo fim de toda forma de opressão, pela justiça social e pela afirmação da agroecologia. A organização feminina, na região e no município, é muito complexa e merece ser analisada de forma exclusiva, todavia, vale salientar algumas práticas, como os “Cultivos Agroflorestais¹⁰”, no processo de produção, e o marcha “Pela vida das Mulheres e pela Agroecologia”, no qual as lideranças levantam pautas de luta e migram para vários municípios da região, a fim de denunciar violências. Em 2015, em sua 6ª Edição em Lagoa Seca/PB, a marcha reuniu cerca de cinco mil agricultoras e lideranças rurais, aprofundando a reflexão sobre a soberania alimentar e definindo ações a partir da visão das mulheres como protagonistas na resistência ao modelo da agricultura convencional. Em 2023,

¹⁰ Consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. A tecnologia ameniza limitações do terreno, minimiza riscos de deterioração inerentes à atividade agrícola e aperfeiçoa a produtividade, além de proporcionar melhorias na estrutura e na atividade da fauna do solo, aumentar a disponibilidade de nutrientes e alcançar um equilíbrio biológico que promove o controle de pragas e doenças (EMBRAPA, 2005).

realizou-se a 14ª edição, **Figura 8** abaixo, em Montadas/PB (MST,2023) – distante 19km de Lagoa Seca/PB – com o objetivo de reafirmar a luta das mulheres do campo.

Figura 8 Marcha Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia 2023.



FONTE: (MST, 2023).

São essas dinâmicas, e mais uma infinidade de ações/organizações, que colocam Lagoa Seca/PB em destaque na questão agroecológica nacional, o que nos faz refletir que todos esses avanços compreendem o início de um processo de transição agroecológica no município. Sobre essa transição, Gaia e Alves (2022) explicitam que:

O processo de transição agroecológica é construído de forma gradual com mudanças quantitativas e/ou em saltos com mudança de qualidade e tem como princípio a observação e o respeito às peculiaridades dos distintos biomas, dos territórios, das unidades familiares, das atividades produtivas manejadas e dos sujeitos envolvidos (GAIA; ALVES, 2022, p. 772).

Desse modo, entendemos que o processo de transição agroecológica não se trata de uma conversão para uma agricultura orgânica, ou o fim do uso de agrotóxicos, na verdade a agroecologia engloba mudanças desde o processo produtivo até à postura dos sujeitos em relação a sua concepção de trabalho. Esse processo de transição promove o fortalecimento da dinâmica familiar de produção, ao contribuir para a diversificação da renda, para a produção de mais itens e para a não dependência exclusiva de uma única cultura. Contudo, o processo de

transição não avança de forma isolada, mas de forma ampla, com o apoio e o envolvimento de movimentos sociais, ambientais e sindicatos (GAIA; ALVES, 2022).

Portanto, ao longo dos anos, vem acontecendo no município de Lagoa Seca/PB, a materialização de práticas agroecológicas e de resistência camponesa que resulta numa tentativa de construção de um território agrário diferente.

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MUNICIPAIS NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA

A crise socioambiental está posta e é resultado das contradições do sistema de produção capitalista que tem como característica a procura pelo lucro através da acumulação de riquezas, sem preocupação com as consequências para a natureza e para a sociedade e que são opressões já conhecidas desse modo de produção. A agroecologia emerge como uma possível saída desse modelo, buscando o desenvolvimento por meio de estratégias de reprodução social.

A conceituação do termo agroecologia é complexa, porém, o ponto de partida para diversos autores, é o reconhecimento da agroecologia enquanto ciência, movimento social e prática (WEZEL et al, 2009), um entendimento de que há uma ampla possibilidade para interpretações de cunho político, agrícola ou de forma alternativa de vida em sociedade. Guhur e Silva (2021) também organizam diferentes dimensões políticas da agroecologia, ao reiterar a luta dos camponeses e dos povos tradicionais pelas condições de sua própria reprodução social ou da importância da agroecologia na saúde e na soberania alimentar.

É notório que essas dimensões estão articuladas e que uma não exclui a outra, todavia, esta pesquisa trabalha com a dimensão política em que os camponeses e os povos tradicionais resistem pela sua reprodução social e pela formação de uma alternativa de produção. A fim de evitar a concepção reducionista do conceito de agroecologia, como apenas um tipo de agricultura sem uso de agrotóxicos, Schutter apud Silva (2010) identificam a agroecologia:

Como um modelo de desenvolvimento agrícola mais alinhado com o direito humano de uma alimentação adequada e que tem o melhor potencial para atingir os quatros pilares da segurança alimentar e nutricional (disponibilidade, acessibilidade, uso e estabilidade), além de fornecer vantagens para o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas (SCHUTTER APUD SILVA, 2010, p. 74).

Ao assumir seu papel de contribuição para o enfrentamento da crise socioambiental e buscar o desaceleramento do avanço da degradação imposta pelo agronegócio à natureza, se apresenta como um modelo alternativo de produção pela forma de produzir. Contudo, nesta fase atual de valorização da agroecologia, é necessário estar atento às ameaças em forma de

investimento, tal qual as transformações capitalistas de apropriação do debate para o mercado, como é o caso das discussões que focam na centralidade da emissão de carbono para as mudanças climáticas. Silva (2021) discorre sobre isso, ao dizer que:

Há um perigo em transformar a agroecologia em mais um modelo de captação de CO². Essa captura pelas vias do mercado é financiada com parcerias públicas-privadas, mercado de carbono e compensação, emissão de títulos verdes, permissões de emissões nos esquemas de limite e comércio e subsídios públicos (SILVA, 2021, p. 77).

Essa prática tem sido implementada, em alguns países da América Latina e África, sob o rótulo de “Agricultura Climaticamente Inteligente”, de modo a atender as demandas de responsabilidade climática de grandes empresas da agroindústria. Assim, para que o debate sobre a agroecologia não seja totalmente absorvido pelo capitalismo, é importante que haja um esforço de compreensão para além dos paradigmas científicos, posto que a agroecologia tem raízes profundas nos conhecimentos dos saberes da tradição, conforme enfatiza Carporal (2012):

A Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local” (CARPORAL, 2012, p. 46).

A agroecologia deve ser compreendida como uma ciência aberta para diferentes tipos de conhecimento e saberes. Diferentemente do agronegócio, que expulsa os trabalhadores do campo com seu aparato tecnológico, na agroecologia, a população originária pode permanecer construindo um desenvolvimento local.

Nesse sentido, é necessário ampliar o debate sobre a relação entre agroecologia e reforma agrária na agenda social do país, para que de fato exista a ampliação do movimento agroecológico. Apesar da conquista de liberdade, terra e autonomia através da reforma agrária, inicialmente, se mostrar utópica, a sua efetivação poderia desencadear uma série de processos benéficos relacionados à diversidade, qualidade de alimentos e desenvolvimento local. O que faz da agroecologia mais do que uma alternativa de produção, tornando-a uma necessidade para

a agricultura do futuro (MARCOS, 2007). As consequências sociais e ambientais do modelo capitalista justificam a busca dos movimentos sociais e da sociedade civil por uma alternativa de produção, já que a relação entre a sociedade e a natureza deve ser mantida através de um equilíbrio. Para isso deve-se criar uma ampla conscientização com políticas públicas consolidadas, pois, o enfoque nas necessárias mudanças no padrão técnico da agricultura se ampliaria para as indispensáveis transformações políticas de toda a sociedade (PEREIRA, 2018).

O debate político em torno da agroecologia traz diversas problemáticas que são percebidas como obstáculos para o progresso da agricultura alternativa de maneira abrangente. Entre essas questões, destaca-se a ausência de políticas públicas direcionadas, evidenciando a inexistência de uma estratégia robusta para o fortalecimento da agroecológica do país. Nesse contexto, é crucial reconhecer que o Estado desempenha um papel preponderante de incentivador do desenvolvimento, ao criar oportunidades de financiamento, por exemplo. Porém, na ausência de uma abordagem ampla por parte do Estado, cabe aos movimentos sociais do campo a responsabilidade de fortalecer e defender a agroecologia.

Quando se fala em iniciativas em prol da agroecologia, pode-se dividi-las em dois grandes grupos. Um é composto por movimentos agroecológicos que se mantêm alheios ao discurso da reforma agrária e que concentram todas as suas iniciativas na promoção da agroecologia. Esse não enfrentamento do capital no campo é uma característica de boa parte dos movimentos agroecológicos, que não estão diretamente ligados aos movimentos sociais e se limitam a projeções de bem-estar e da agroecologia como um estilo de vida.

O outro grupo tem à frente os Movimentos Sociais, como o MST, que tem uma concepção da agroecologia não apenas como modo de vida, mas como meio para uma nova matriz tecnológica de produção. Ou seja, como uma oposição ao modelo agrícola do agronegócio, que utiliza as características tecnológicas implantadas na Revolução verde. Nesse grupo, há o entendimento da agroecologia como modelo de enfrentamento ao capitalismo, através da construção de uma base própria de modelo produtivo, tendo o projeto da reforma agrária como principal bandeira de luta. Todavia, esse embate só pode ser positivo através de uma produção em larga escala que possa abastecer toda a sociedade e por isso introduzir o uso da tecnologia para auxiliar essa produção (MACHADO; MACHADO, 2014).

A partir desse viés político da agroecologia, identificamos a importância da ANA, como um movimento chave no direcionamento das ações para o fortalecimento da agroecologia no

município de Lagoa Seca-PB. Esta entidade é responsável pela sistematização das experiências que já existem no município e foram sistematizadas pela articulação para o auxílio na efetivação de política pública, como por exemplo a lei da semente, ou seja, o município conta com uma longa história de atuação do STR e dos camponeses que lutam pela ampliação da agricultura alternativa.

Para que conquistas tão simbólicas como essa não permaneçam desconhecidas no Brasil, a Articulação Nacional de Agroecologia, promove uma série de ações que dão visibilidade e acaba contribuindo na irradiação de feitos importantes que reforçam esse tipo de agricultura que cuida dos recursos naturais, ao contrário, do agronegócio.

O advento da agroecologia como uma bandeira de luta no contexto municipal de Lagoa Seca-PB reflete um movimento dinâmico emerge como resposta aos desafios enfrentados pela agricultura tradicional e à crescente demanda por práticas agrícolas mais sustentáveis e socialmente justas. Essa pesquisa apresenta os principais contornos desse fenômeno, identificando os movimentos chave que impulsionaram a agroecologia na região e examinando seu papel na diversificação de práticas políticas e de produção, que acaba destacando o município com uma referência no tema, importante destacar o contexto socioeconômico e ambiental que proporcionou o surgimento e a consolidação do movimento a favor da agroecologia como uma causa mobilizadora no município. Fatores como a degradação dos recursos naturais, a perda da biodiversidade, e os desafios enfrentados pelos camponeses favoreceu a crescente conscientização sobre os impactos adversos dos modelos agrícolas convencionais.

Nesse cenário, essas organizações desempenham papéis cruciais na promoção da agroecologia, através de campanhas de conscientização, projetos de capacitação, intercâmbio de conhecimentos e a implementação de práticas agroecológicas em diferentes contextos produtivos, ou a efetivação da territorialidade, compreendida pelas relações sociais expressas no território, que pode se efetivar de forma material através de produção, por exemplo, ou de forma imaterial a partir de ideias, estratégias que forjam identidades territoriais.

O destaque de Lagoa Seca-PB, como um polo de excelência em agroecologia, não é apenas o resultado do compromisso e da dedicação de indivíduos e organizações locais, mas também é reflexo do reconhecimento do poder político municipal, a ascensão da agroecologia como uma bandeira de luta é um testemunho do poder da mobilização social e da busca coletiva por alternativas mais sustentáveis e justas para o desenvolvimento rural. O reconhecimento da

agroecologia como uma abordagem viável e desejável para a agricultura atualmente não apenas transformou práticas e mentalidades, mas também inspirou a construção de uma esperança para as comunidades rurais.

A diversificação das práticas políticas e de produção, como resultado direto desse engajamento, foi um reflexo da variedade de abordagens e estratégias adotadas pelos indivíduos envolvidos. Enquanto alguns se concentravam na promoção de políticas públicas favoráveis à agroecologia, outros se dedicavam à criação de redes de comercialização justas e solidárias para produtos agroecológicos. Ao mesmo tempo, os agricultores locais foram incentivados a adotar técnicas agroecológicas. A seguir, como resultado das pesquisas a campo, descrevemos os principais movimentos que inseriram a agroecologia como bandeira de luta no município, o que contribuiu para a diversidade de práticas políticas e de produção agroecológicas.

1.3 Iniciativas agroecológicas em Lagoa Seca/PB

Lagoa Seca/PB apresenta uma ampla dinâmica de entidades, organizações não governamentais - ONGs e sujeitos inseridos no projeto de fortalecimento da agroecologia que vai de igrejas evangélicas ao poder público. A seguir, serão detalhadas as principais entidades que exercem práticas de fortalecimento da agroecologia no município. Entende-se que esse processo tem o intuito de promover o bem-estar e a justiça social, por meio da viabilização de práticas agroecológicas para os trabalhadores que dela sobrevivem, e facilitar o acesso ao consumo de uma alimentação mais saudável e livre de produtos químicos causadores de significativos males.

As iniciativas agroecológicas implementadas no município de Lagoa Seca/PB, considerando o impacto positivo dessas ações na melhoria da qualidade de vida da população, acontecem por meio de estímulo à comercialização de produtos agroecológicos, da implementação de um programa de alimentação nas escolas e de diversas campanhas de conscientização, que têm contribuído para restringir o uso de agrotóxicos. No município, a articulação entre os movimentos agroecológicos oferece um roteiro para a perpetuação de práticas anticapitalistas, a partir de ações que se efetivam no território, bem como a inserção de

valores e práticas que transcendem a esfera agrícola e têm impactos significativos na comunidade local.

1.3.1 Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Poder Público: a conquista de espaço político

A seguir, faremos uma breve análise histórica dos progressos alcançados na parceria entre a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA e a administração municipal no âmbito do município, utilizando como base o documento de sistematização da LEI Nº 206/2014. Este documento foi gentilmente disponibilizado pela consultora Estadual da ANA, durante uma entrevista conduzida para o desenvolvimento desta pesquisa, no ano de 2022. No município de Lagoa Seca/PB existem várias ações em curso na articulação com a gestão municipal, influenciadas pela ação sindical, o exercício é revisitar a história para fazer referência a própria caminhada.

Lagoa Seca/PB foi sugerida na Paraíba para ser um dos municípios para o processo de sistematização de incidência política, da Iniciativa Agroecologia nos Municípios, coordenada nacionalmente pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e acompanhada, na Paraíba, por várias organizações da Rede Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA): o Polo Sindical da Borborema, a AS-PTA e o Sindicato de Lagoa Seca/PB. Nelson Anacleto (PT), em sua terceira candidatura a vereador do município, assinou a Carta-Compromisso “Políticas para o Futuro”, da Campanha Agroecologia nas Eleições (em anexo), coordenada pela ANA e divulgada no município pelo STTR. O prefeito em exercício, Fábio Ramalho, aderiu ao documento e recebeu do Sindicato um documento com uma série de programas voltados para a agricultura familiar. A compra de sementes realizada pela gestão, em 2021, foi uma das propostas entregues pelo Sindicato na carta “Políticas Para o Futuro”. A parceria aponta três documentos para a construção de práticas no município: o plano de governo, a carta compromisso com agroecologia e o documento construído pelo STR com as pautas dos trabalhadores rurais.

O Sindicato tem parceria com a gestão pública, a partir da secretaria de agricultura município, o que possibilita avançar na aplicabilidade da Lei de Sementes e fortalecer as experiências agroecológicas. A Lei Nº 206/2014, que dispõe sobre a Criação do Programa

Municipal de Sementes, é uma consequência de uma caminhada que se fez ao longo de anos. Na década de 1990, a agricultura familiar no município apresentava alguns desafios no processo de distribuição de sementes. Conforme relata Anacleto (PT), foram encontradas “situações de pobreza, agricultores que não tinha sementes, por conta da forte estiagem, que não produziam sementes para o ano subsequente e que, quando produziam, acabavam comendo essa semente, devido à necessidade”.

Assim, na chegada do período das chuvas, muitos agricultores e agricultoras não tinham sementes para plantar. Existia a distribuição das sementes pelo governo Estadual (provenientes da agricultura tradicional), contudo, chegavam tardiamente para o plantio. Além de serem sementes de fora, havia uma distribuição desigual, uns recebiam uma grande quantidade, outros só um litro e muitos nem recebiam. Quando a semente, enfim, chegava aos agricultores e agricultoras, os que conseguiam guardar suas sementes, já estavam com o feijão florando. A partir disso, o Sindicato começou a se preocupar e graças à parceria com a AS-PTA e à construção do Polo da Borborema, iniciou-se a experiência de manutenção das sementes crioulas em Solânea, Remígio e Lagoa Seca/PB, o que resultou em avanços para o campo.

O objetivo da união entre essas forças é a construção de políticas públicas voltadas para a agricultura de base familiar agroecológica, no esforço de encontrar estratégias para a valorização da produção e para a diversidade ambiental e cultural, consequentemente, agindo de forma direta na redução do uso de agrotóxicos. A partir da união entre essas diferentes esferas, o município desfruta de conquistas, como o mutirão para construção de cisternas, a efetivação do Programa de aquisição de alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Projeto “Ciranda da Borborema”, que consiste na divulgação da agroecologia por crianças e adolescentes pelas escolas e comunidades.

Para a ANA, o relançamento do PAA e a retomada do PNAE são marcos importantes, já que esses programas são considerados mercados institucionais importantes para a dinâmica de comercialização da produção agroecológica. Por meio do PAA, o banco de sementes da região foi reabastecido com a compra de sementes crioulas, o que foi bastante comemorado por aqueles que atuam na conservação, resgate e reprodução da agrobiodiversidade, já que essas iniciativas têm como objetivo fortalecer a autonomia e repor os bancos de sementes após um longo período de estiagem.

Quanto ao PNAE, o programa é reconhecido como uma estratégia de enfrentamento à fome e fortalecimento da agricultura familiar, apesar de ter passado por um período de

desmonte e cortes em seu orçamento, nos últimos anos, mas voltou a ser ampliado, em 2023. A obrigatoriedade do uso de 30% dos recursos da merenda escolar com a agricultura familiar, com certeza cria um mercado consumidor importante para a produção advinda de práticas agroecológicas.

Nesse contexto, dividimos em subtópicos a análise das principais entidades que atuam, no município, em parceria com a ANA: a) STR – Lagoa Seca; b) MST; c) AS-PTA; d) Poder Público Municipal (Secretaria de Agricultura e Abastecimento); e) EMPAER; f) UEPB.

1.3.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Lagoa Seca/PB

Na primeira visita ao município, foi entrevistado o Presidente do Sindicato Rural (2022), que nos forneceu informações relevantes sobre o processo histórico de produção e do atual momento de transição que o município se encontra.

Historicamente, o uso de agrotóxicos no município ganhou força a partir da década de 1990 e, na época, a sua principal cultura era o chuchu (considerado um “vilão” por causa da quantidade de agrotóxicos utilizados), além disso, também havia pimentão, tomate e babata inglesa. A escolha da babata, por exemplo, era uma forma de facilitar o crédito rural do banco do Nordeste e do antigo ParaiBan (Banco do Estado da Paraíba), que junto aos agrônomos ajudaram a financiar o pacote de adubos e agrotóxicos no município. A ideia da transição agroecológica só vem a partir de uma série de acontecimentos comunicados ao sindicato, como trabalhadores se aposentando por invalidez, casos de suicídios e além de problemas de contaminação do solo.

O sindicato fez uma parceria com o centro de referência em saúde do trabalhador – CEREST, órgão da UFPB que, através de exames, detectou o nível de contaminação dos trabalhadores. Os resultados identificaram a presença dos agrotóxicos Dithane, Tamaron, Adril 40, Folidou e Folisuper.

A tabela 04, a seguir, detalha características desses agrotóxicos, com informações retiradas de suas próprias “bulas” fornecidas pelas empresas fabricantes. Os agrotóxicos dividem a sua periculosidade em duas categorias: a primeira é a classificação toxicológica – risco aos seres vivos – e a segunda é a classificação do potencial de periculosidade ambiental.

Tabela 2 Detalhamento das características dos agrotóxicos.

DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DOS AGROTÓXICOS	
DITHANE	da classe fungicida/acaricida é considerado extremamente tóxico – classe I- e muito perigoso ao meio ambiente – classe II. A sua intoxicação se dá por vias respiratória, oral e dérmica. E de acordo com sua própria bula, caso aconteça intoxicação “após a absorção, são distribuídos para o fígado, ris e tireoide” com sinais clínicos que vão de uma simples irritação a convulsões e coma.
TAMARON	da classe inseticida, é considerado extremamente tóxico – classe I – e muito perigoso ao meio ambiente – classe II. A sua intoxicação pode ser oral, inalatória, dérmica ou mucosa. De acordo com sua bula, em caso de intoxicação os organofosforados são distribuídos por todos os tecidos do organismo com sinais clínicos que vão de vômitos e diarreias à paralisia da musculatura respiratória levando à morte. Também destaca os efeitos SNC – Síndrome Neurológica (depressão, ansiedade, agitação, confusão mental, entre outros).
FOLISUPER	da classe inseticida/acaricida, também é considerado extremamente tóxico e muito perigoso ao meio ambiente. Sua absorção é por todas as rotas de exposição de acordo com a bula e seus sinais clínicos vão de fraqueza em geral a o bloqueio cardíaco que pode ser causador da morte.

FONTE: Bulas/autoria própria.

O detalhamento desses agrotóxicos mostra que as consequências de seus usos estão para além das intoxicações, pois, a partir do momento que existe uma sobreposição de venenos na cultura, os riscos aumentam para uma escala desconhecida. Foi a partir desse cenário que alguns produtores rurais decidiram superar o modelo imposto pelo capital e se tornar uma resistência a esse tipo de agricultura.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca/PB, cerca de 35 a 40 produtores estão inseridos no processo de transição agroecológica com registro no sindicato. Essa união de forças, em favor do fortalecimento da agroecologia, começa a desenvolver políticas públicas eficazes na Paraíba. No Estado, esse movimento se organiza a partir de iniciativas no município de Lagoa Seca/PB.

1.3.3 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Como o objetivo de entender a crise ambiental no país, o MST (2021) lançou o segundo volume da obra “*Cadernos de Agroecologia: por reforma agrária popular, plantar árvores e produzir alimentos saudáveis*”, um conjunto de materiais que reúne a teoria e a prática a serem trabalhadas em diferentes áreas de atuação do movimento (como assentamentos/acampamentos, centros de formação, escolas do campo ou associações), com o desafio de estudar e sistematizar atividades a favor da agroecologia e de realizar um trabalho de base, que associa atividades de plantio e de luta, como forma de estratégia para o plantio de alimentos saudáveis. Na figura 09, a seguir, a arte do projeto: “plantar árvores e produzir alimentos saudáveis”:

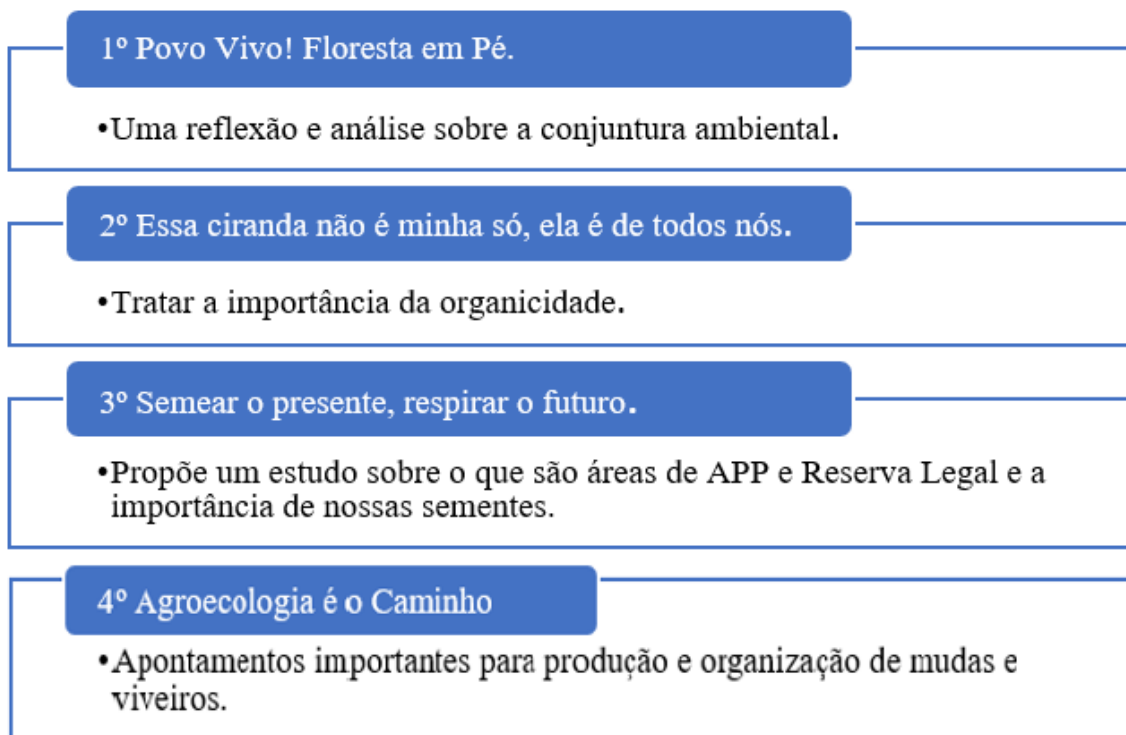
Figura 6 Arte: “plantar árvores e produzir alimentos saudáveis”.



FONTE: MST (2023).

Em Lagoa Seca/PB se encontra o Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira (CFEJPT), um espaço de resistência e formação política para o movimento, que tem deixado marcas na construção da luta contra as desigualdades sociais no campo. Na fase atual, o MST está na fase de construção de base e organização política para o desenvolvimento de ações agroecológicas no município, a partir da formação política e coletiva. A proposta de formação em curso é dividida em quatro encontros, conforme o organograma 01, a seguir:

Organograma 01 - Fases de formação do MST a partir do Caderno de Agroecologia



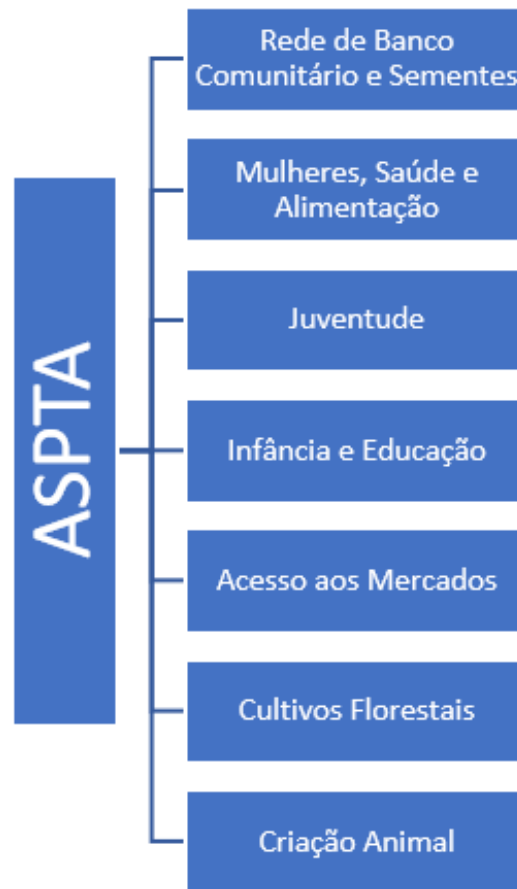
FONTE: Elaborado pelo autor desta dissertação, 2023.

Essas iniciativas de letramento político são cruciais, tendo em vista que os desafios políticos do MST no campo são diversos, seja no enfrentamento ao Estado seja pela dificuldade de formação de um consenso sobre a importância da reforma agrária na sociedade.

1.3.4 Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA) – Agricultura familiar e agroecologia

A Assessoria e Serviços para Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA) é uma associação sem fins lucrativos que, desde 1983, atua no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento rural sustentável, na Paraíba. Nesses trinta anos de atuação tem fomentado projetos de fortalecimento da agroecologia em Lagoa Seca/PB e na região da Borborema. Tais ações são divididas em sete temas, que estão detalhados no organograma 2, a seguir:

Organograma 02 - Frentes de Temas de Ações ASPTA/PB.



FONTE: Elaborado pelo autor desta dissertação, 2023.

A partir desses sete eixos de atuação, a AS-PTA presta serviços de assessoria e mobiliza cerca de 5 mil famílias na região com o acúmulo de inovações técnicas. Além disso, as pessoas participam de formações continuadas para se ter ideia do raio de atuação do movimento no território. Segundo o assessor da ASPTA, em entrevista compreende a agroecologia como:

Agroecologia é uma ciência que tem sido dinamizada a partir dos conhecimentos tradicionais, mas também com a porte do conhecimento científico que essa integração do saber local com o saber científico traz bons elementos para uma boa convivência com o semiárido, boa relação com as políticas públicas, e um trabalho mais eficiente no campo para as pessoas vivam dignamente onde elas estão (ENTREVISTA, 2023).

Como fatores-chave para o desenvolvimento da agroecologia, além da interação dos saberes tradicionais entre a academia e os povos originários, é importante que as políticas

públicas busquem estratégias de bem-estar social e permanência no campo. Dessa forma, essas políticas podem se tornar um mecanismo que ajude a diminuir o processo de migração da população rural em direção à cidade, permitindo que as famílias que têm acesso à transição agroecológica consigam se reproduzir socialmente e, assim, influenciar os indecisos a participarem dessa alternativa de produção no campo.

Dessa forma, com o intuito de diminuir a resistência dos agricultores que não acreditam no processo de produção sem o uso de venenos, a AS-PTA tem o papel de fortalecer os produtores que entraram em transição agroecológica, de executar técnicas que permitam o aumento da produção e o aumento da renda através do escoamento da produção para outros centros.

Ao longo de trinta anos de atuação na Paraíba, a AS-PTA tem demonstrado confiança e resultados que direta ou indiretamente estão influenciando na qualidade de vida das pessoas que vivem e dependem do campo. A associação acredita na consolidação da agroecologia, não só como um instrumento de luta, mas também como melhoria daqueles indivíduos que produzem, o que está totalmente relacionado com a construção de políticas públicas. A Figura 09 mostra a diversidade de mudas, na sede da AS-PTA/PB, que servem para a preservação da diversidade de vários tipos de frutos e ervas medicinais, com a intenção de fazer experimentos produtivos e de compartilhar a biodiversidade na região.

Figura 7- Preparo de Mudas na sede da ASPTA/PB.



FONTE: Acervo pessoal do autor da dissertação obtidas em Trabalho de Campo, 2023.

1.3.5 Poder Público Municipal de Lagoa Seca/PB e a lei N° 206/2014

Lagoa Seca/PB se destaca, em âmbito nacional, por conseguir sistematizar o conhecimento desenvolvido pelos diferentes sujeitos no campo e, em 2014, materializou a criação de uma lei municipal de sementes. A principal característica dessa lei é a parceria dos agricultores e agricultoras com as organizações que atuam no município, AS-PTA e STR. Essa

iniciativa foi fruto da organização dos trabalhadores em busca de melhorias para a biodiversidade e manutenção das culturas tradicionais, uma forma de frear o padrão imposto pelo Estado, que era de distribuição de sementes transgênicas para os agricultores familiares. A Agroecologia em rede relata como se deu a elaboração da Lei Nº 206/2014 é parte das experiências de agroecologia, construída nessa parceria com o Sindicato, o Polo e AS-PTA, que passaram a se consolidar não só como um demandante de políticas públicas específicas, mas, fundamentalmente, como um espaço político-organizativo, unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno da construção de um projeto de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia (AGROREDE, 2021).

A proposta foi apresentada à câmara de vereadores pelo mandato do vereador, Nelson Anacleto Pereira (PT), no ano de 2013, e sancionada em 2014. A iniciativa reflete a tentativa de valorização do conhecimento acumulado da biodiversidade e a conservação e multiplicação de sementes. Segundo os dados da Agroecologia em Rede, o processo de implementação da lei contemplou inicialmente 120 famílias e, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do município, adquiriu cerca de 1,4 toneladas de sementes crioulas divididas em quatro variedades de feijão, uma de fava e uma de milho.

A prioridade foi adquirir as sementes da região círculo vizinha, o que resultou, no ano de 2022, na colheita de mais de 1 tonelada de feijão e fava e mais de 500kg de milho. A não dependência das sementes transgênicas representa segurança para distribuição e multiplicação das sementes-tesouros, como os agricultores e agricultoras se referem. Essa produtividade animadora é reflexo de uma construção política coletiva, em um ano complicado por questões naturais (estiagem), sociais (pandemia de covid19) e de instabilidade da política brasileira.

1.3.6 Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER)

A Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (EMPAER) se apresenta como um órgão institucional de auxílio aos produtores que buscam pela transição agroecológica no município, sua definição oficial diz que:

O Governo do Estado, de modo a otimizar e racionalizar os serviços de pesquisa, extensão rural e regularização fundiária, no atendimento de políticas e programas públicos, criou através da Medida Provisória nº 277/2019, a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER, pessoa jurídica de direito privado, com o objetivo unificado de trazer o desenvolvimento sustentável da agricultura do nosso estado (EMPAER, 2019).

Além de buscar a regulamentação fundiária dos produtores, de acordo com os técnicos entrevistados, a empresa presta um atendimento aos produtores com interesse de expulsar o veneno de sua produção. Aqui percebe-se uma visão de agroecologia diferente da dos movimentos sociais e ONG's que atuam no município, a agroecologia é entendida como uma ciência e sua efetivação como um processo longo e complicado. A EMPAER tem como uma de suas finalidades fazer um diagnóstico das propriedades que se interessam pela produção agroecológica/orgânica e, assim, conseguir um auxílio técnico na produção. Algumas preocupações, no que diz respeito a dificuldade de fiscalização do comércio local quanto à venda de agrotóxico sem receituário agrônomo. Relatou-se que os próprios vendedores são os responsáveis por fazerem o diagnóstico do problema à distância e indicar venenos aos produtores, sem haver fiscalização.

O processo de acompanhamento dos produtores que têm o desejo de participar da transição agroecológica é voluntário e, normalmente, vêm de pessoas que já tiveram problemas de alguma natureza com a utilização de agrotóxicos. Em nossa entrevista foi percebido uma visão radical sobre o conceito de agroecologia, entendendo-a como um discurso teórico e inconsistente, como se a dificuldade de implementação superasse as ações já implantadas no município. Para o Técnico Extensionista (EMPAER), que está há mais de 45 anos atuando na zona rural, a forma de ampliar o desenvolvimento da agroecologia é com a formação de uma consciência ambiental forte, para além da forma de produzir, que englobe o meio ambiente como um todo.

Na figura 10, a seguir, Lagoa Seca/PB se destaca com uma Estação Experimental (ESTEX). De acordo com o relatório de atividades da EMPAER (2019), se deu no âmbito dos seguintes temas: hortaliças e plantas medicinais, nutrição e fertilização de hortaliças, agroecologia e cultivo orgânico e seleção e melhoramento de plantas.

Figura 8 - Atuação da Empaer no Estado da Paraíba.



FONTE: (Empaer, 2019).

Nesse contexto, identifica-se uma discrepância no desempenho da EMPAER no território do município, na qual a vertente legal (instituição) tem propiciado avanços na viabilização de práticas alternativas de produção. No entanto, os profissionais técnicos que operam, no município, apresentam uma perspectiva divergente em relação ao processo de produção agroecológica.

1.3.7 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (Campus II)

A UEPB uma instituição que atua, no município, por meio de um curso superior em Agroecologia, no campus II da universidade, localizado em Lagoa Seca/PB. Esse curso foi sistematizado durante o III Encontro Paraibano de agroecologia, realizado em 2004, no município, com o objetivo de formar profissionais capazes de trabalhar com a realidade da agricultura familiar e camponesa; especialmente da região do Semiárido, de modo a promover a transição agroecológica (UEPB, 2016). O projeto pedagógico do curso especifica o conceito de agroecologia como uma filosofia a ser desenvolvida pelos estudantes, UEPB (2016):

A Agroecologia se coloca como ciência comprometida e a serviço das demandas populares, em busca de um desenvolvimento que traga soluções sustentáveis para os diversos problemas hoje enfrentados na cidade e no campo. A Agroecologia é uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza. Dentro delas se destaca a sucessão natural, a qual permite que se restaure a solo sem o uso de fertilizantes sintéticos e que se cultive sem uso de agrotóxicos (UEPB, 2016, p. 30).

O curso bacharelado em agroecologia oferta 40 vagas em turno diurno. Criado em 2007, a sua existência alinha a UEPB às demandas da sociedade, tendo em vista que Lagoa Seca/PB se destaca nacionalmente por suas experiências agroecológicas. O curso tem a possibilidade de formar profissionais que atendam às necessidades não só do município, mas de toda Paraíba, no que se refere ao processo de agricultura alternativa.

O curso de bacharelado em agroecologia da UEPB foi o primeiro do Nordeste, criado a partir das demandas dos movimentos sociais e com a proposta de fortalecer a agricultura agroecológica, para uma análise crítica do campo, para a produção de alimentos saudáveis e para induzir transformações no território.

Contudo, durante o trabalho de campo no campus II da UEPB, em 2023, foi identificado um impasse que pode colocar fim ao curso de bacharelado em agroecologia. Isso porque os alunos e alunas necessitam do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) para acessar o campo profissional e ter registro trabalhista, e o departamento do curso, visando reformular o currículo, criou o curso de Agronomia com ênfase em agroecologia à distância e semipresencial.

Essa decisão foi muito criticada pelos movimentos sociais, instituições de ensino superior e professores e resultou na nota de repúdio “Nota de repúdio dos movimentos sociais e populares, instituições de ensino superior, estudantes e professores(as) contra a proposta de enfraquecimento do curso de agroecologia da UEPB”. A EAD, além de ser uma modalidade que, historicamente, atende a uma demanda de mercado, também cria uma dualidade dentro da instituição, pois exclui quem não tem acesso às tecnologias e não leva em consideração a formação integral dos sujeitos. O que pode acarretar o enfraquecimento e esvaziamento do Curso Bacharelado em Agroecologia.

O possível fechamento do curso é resultado de poucas condições objetivas de atuação dos egressos na turma, além da falta de oportunidade de emprego e da burocracia para criação de um conselho representativo da profissão. O que resultou na falta de interesse de ingresso por

parte dos estudantes e provocou um esvaziamento e, conseqüentemente, das práticas experimentais agroecológicas, conforme observa-se na figura 11, pela falta de manejo da área agroecológica da Universidade.

Figura 9- Falta de Manejo da Área Agroecológica – UEPB.



FONTE: autoria própria, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia, embora não seja única, permitiu a coesão dos mecanismos de mobilização social, contribuindo com a incidência política no município de Lagoa Seca/PB. A ANA, ao representar as organizações, estabelece o processo de formação de um campo agroecológico no país, uma noção de agroecologia com o objetivo de materializar políticas públicas em favor da sociedade, conforme a Lei nº 206/2014. Isso se reflete em ações articuladas, com diferentes temas de embate, seja a favor da agroecologia seja na luta por água ou pela reforma agrária.

No primeiro capítulo, foi caracterizado o espaço rural do município de Lagoa Seca/PB, a partir de seu contexto histórico e de formação territorial. Foi identificado que a ANA, os movimentos sociais do campo e a gestão municipal formam um tripé no fortalecimento da luta a favor de uma produção alternativa, bem como na alteração do território rural com práticas e ações agroecológicas no município. A ausência de uma reforma agrária efetiva faz com que essa passe a ser uma bandeira de luta desses atores sociais, que compreendem a importância da redistribuição de terra para o desenvolvimento local e nacional. Por outro lado, admitimos que a estrutura fundiária, repleta de minifúndios e que se difere das outras regiões do estado, já é um fator de fortalecimento do processo de articulação apresentado.

No segundo capítulo, foram analisadas as práticas ou ações agroecológicas que estão sendo desenvolvidas no município, entendendo-as como uma forma alternativa de produção ao modelo capitalista. Os agrotóxicos e a insegurança alimentar são exemplos dos resquícios da chegada da revolução verde ao campo, que geram consequências e influenciam os movimentos sociais do campo a despertarem para a luta contra a degradação da natureza e a perda da biodiversidade.

No terceiro capítulo, aprofundamos a caracterização das entidades atuantes e seus discursos a favor da agroecologia. Foi possível identificar a conquista de espaço político no município, a partir do sindicato dos trabalhadores rurais e os reflexos da incidência política da gestão municipal. A articulação encontrada no município é, de certa forma, compreendida como uma esperança de valorização das práticas alternativas de produção. A força para a materialização das iniciativas agroecológicas parte da união de diferentes sujeitos sociais e buscam construir uma conscientização entre os agricultores, que são quem realmente pode fazer

a diferença, quanto a se retirar da dinâmica de comercialização do sistema de produção capitalista.

É notório que a construção de um espaço alternativo de produção é um processo longo e complexo. No entanto, com a incidência política, esse processo é mais rápido, tendo em vista o poder de atuação dos representantes na promoção de uma conscientização e na alteração da paisagem. Posto que a agroecologia, muitas vezes entendida como uma mera alteração agrícola de produção, deve ser compreendida como uma dimensão no universo social, cultural, ambiental e econômico. Ela também absorve de algumas disciplinas científicas, valoriza os saberes locais a partir de experiências em comunidades, ou seja, a agroecologia é construída a partir de diferentes saberes e que constrói um ambiente favorável para a interação entre os agricultores e os acadêmicos.

Nesse sentido, como a agroecologia busca novas práticas socioprodutivas, consideramos que o município vem desenvolvendo um processo de transição agroecológica, por meio de todas as experiências supracitadas e a partir da consolidação das organizações locais, que experimentam um modelo de desenvolvimento com base na agroecologia. Essas são experiências que levantaram a bandeira da crítica ao modelo predominante da Revolução Verde e seu viés produtivista (PIRAUX, 2012).

É importante destacar o papel da ANA e o seu diálogo com diversas esferas sociais. A articulação enxerga o poder do trabalho em comum com o governo, independente da escala, como um grande impulsionador desse processo. Por isso, desde sua origem, buscou dialogar com as instâncias governamentais, influenciar e propor políticas públicas que pudessem promover a agroecologia e o desenvolvimento sustentável (CHECHI, 2017). O desenvolvimento da conscientização dos trabalhadores rurais, técnicos extensionistas, lideranças sociais e, principalmente, do mercado consumidor sobre os riscos da alimentação como mercadoria e repleta de resíduos de agrotóxicos é uma estratégia positiva e deve ser constante. Dessa forma, acreditamos no avanço e no fortalecimento da agroecologia em suas diferentes definições.

O processo de articulação e transição agroecológica que se identifica se torna uma contribuição social, pois, esta pesquisa apresenta indícios de modelos de projetos a serem seguidos em outras localidades e em diferentes escalas. A atuação política municipal é outro ponto a ser replicado, tendo em vista que compreende o processo de luta da sociedade e constrói pontos em comum para seu plano de governo, sobretudo com o auxílio da Secretaria de

abastecimento e agricultura. A contribuição geográfica perpassa pelo debate e organização de questões da agroecologia, discutindo territorialidade e conceitos de relevância para a Geografia Agrária. Compreendemos que um sistema alternativo de produção deve contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar, a valorização do papel social do agricultor e do saber tradicional de produzir alimentos saudáveis (NAVOLAR, 2019), além de ser estimulado e apoiado mediante políticas públicas.

No atual governo, o presidente Lula (2023), através da Secretaria Geral da Presidência, inicia uma importante etapa para a construção de políticas públicas voltadas para a agroecologia por meio da iniciativa “Diálogos do Brasil Agroecológico”. O governo busca elaborar o III Plano Nacional de Agroecologia (PLANAPO), com o objetivo de ouvir trabalhadores, movimentos sociais, organizações, membros da academia e gestores locais. De modo a garantir que o Plano seja atualizado de acordo com as necessidades reais da sociedade e lastreado nas experiências, depoimentos, vivências significativas e práticas inspiradoras relacionadas à agroecologia e à produção orgânica de base agroecológica (BRASIL, 2023). O que demonstra o compromisso em envolver a sociedade na definição de políticas e reacende a esperança de um campo mais saudável.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Alimentos**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos>. Acesso em 28 julho, 2021.
- AGROECOLOGIA EM REDE (AGROREDE). **Criação do Programa Municipal de Sementes, município de Lagoa Seca/PB**. 2021. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/criacao-do-programa-municipal-de-sementes-municipio-de-lagoa-seca-pb/>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ANDREAS, P. **Como fortalecer a agroecologia na Paraíba?** Sociedade civil e poder público discutem propostas. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/13/como-fortalecer-a-agroecologia-na-paraiba-sociedade-civil-e-poder-publico-discutem-propostas#:~:text=O%20documento%20com%20as%20propostas,o%20fortalecimento%20das%20hortas%20urbanas> Acesso em 07 de maio, 2022.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Quando a agroecologia será pop?** 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/07/25/quando-a-agroecologia-sera-pop/> Acesso em 30 de agosto, 2022.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Sistematização da Lei Nº 206/2014 que dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Sementes do município de Lagoa Seca – PB**, Lagoa Seca-PB. 2021.
- ASSESSORIA E SERVIÇOS PARA PROJETOS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (ASPTA). **VI Marcha pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia**. 2015. Disponível em: <https://aspta.org.br/2019/03/14/marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- ASSESSORIA E SERVIÇOS PARA PROJETOS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (ASPTA). **Tem sementes crioulas nas contas públicas, sim!** A retomada do PAA- Semestres no Polo da Borborema, PB. ASPTA, 2023. Disponível em: <https://aspta.org.br/2023/11/16/tem-semente-crioulas-nas-compras-publicas-sim-a-retomada-do-paa-sementes-no-polo-da-borborema-paraiba/>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Governo Bolsonaro tem recorde de mortes e de agrotóxicos**. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniao/governo-bolsonaro-tem-recorde-de-mortes-e-de-agrotoxicos-artigo-de-fernando-carneiro-e-juliana-acosta/58314/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Ed. Popular, 2015.
- BENSADON, Ligia S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. 2016. Dissertação de Mestrado-Universidade Rural do Rio de Janeiro -URFJ.
- BESSA, M.M. **Agroecologia, sustentabilidade e a necessidade dos movimentos agroecológicos se tornarem políticas públicas**. Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins – V. 2 – n. 02. p.181-197, jan./jun. 2016.
- BEZERRA, Mariana C. **Diagnóstico de quintais produtivos na Vila Florestal de Lagoa Seca/PB**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol. 8, No. 2, nov. 2013.
- BOMBARDI, L, M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Boletim Dataluta, (45):1-21, setembro 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm. Acesso: 20 de maio, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA. **Caatinga.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/caatinga>. Acesso em: 18 de novembro, 2023.

BRASIL. SECRETARIA GERAL. **Diálogos do Brasil Agroecológico: Participação Social na Construção do III Plano Nacional de Agroecologia.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/outubro/dialogos-do-brasil-agroecologico-participacao-social-na-construcao-do-iii-plano-nacional-de-agroecologia>. Acesso em: 22 de novembro, 2023.

CAPORAL, F. R. Petersen, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: O caso do Brasil.** *Agroecologia*, 6, 63–74. 2011.

CARNEIRO, Maria Gerlândia R. CAMURÇA, Andréa M. ESMERALDO, G. G. S. L. SOUSA, Natália R. **Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE).** *Revista Brasileira de Agroecologia. Rev. Bras. de Agroecologia.* 8(2): 135-147. 2013.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência I** Pedro Demo. 2. ed. 2. ed. -São Paulo: Atlas, 1985.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. **O que são commodities?** Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/commodities/> Acesso em 10 de dezembro, 2023.

DUTRA, L. S., FERREIRA, A. P., HORTA, M. A. P., PALHARES, P. R. **Uso de agrotóxicos e mortalidade por câncer em regiões de monoculturas.** *Saúde debate*, 44(127), 1018-1035. <https://www.scielo.org/article/sdeb/2020.v44n127/1018-1035/>. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Saudável.** 1ª ed ed. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (EMPAER). **Informe institucional.** Disponível em: <https://empaer.pb.gov.br/a-empresa> Acesso em 10 de dezembro, 2023.

FREITAS, B.M.C; BOMBARDI, L. **A política nacional de irrigação e o uso de agrotóxicos no Brasil: contaminação e intoxicações no Ceará.** *GEOgraphia.* Niterói-RJ, vol. 20, n. 43, Mai, 2018.

FREITAS, J.G. **O ser e o ter: Camponeses, Práticas Tecnológicas e Políticas, um estudo em Lagoa Seca-PB.** 1993. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Campina Grande-PB.

GAIA, Marília C. M. ALVES, M. J. A. **Transição ecológica.** IN DIAS, Alexandre Pessoa et al. *Dicionário de agroecologia e educação.* São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2022.

GARCIA, S. **Campanha retira do mercado agrotóxicos vencidos.** IN Canal rural, 2010. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/campanha-retira-mercado-agrotoxicos-vencidos-41615/> Acesso em: 12 de maio, 2022.

GUHUR, D. M. P.; SILVA, N. R. **Agroecologia.** In: DIAS, A. P. et al. *Dicionário de agroecologia e educação.* São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 59-73.

GUZMAN, E. S. **Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América.** Escrito para el primer Manual Argentino de Agroecologia. Ed. Sarandon. Agroecologia. El camino para una agricultura sustentable. Rosario. 2000.

HADICH, Luísa A. C. **Autonomia e soberania alimentar: a geração de renda no agroecossistema camponês.** *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol. 6, No. 2, dez. 2011.*

- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Tem veneno nesse pacote: o perigo duplo dos ultraprocessados**. São Paulo, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 15 de julho, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/lagoa-seca/panorama>. Acesso em: 13 de julho, 2022.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3º Ed. São Paulo. Coleção Proposta Universitária, 1980. 184p.
- LAGOA SECA/PB. **Lei N.º 206/2014 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes e dá outras Providências**. Sancionada em 30 de junho de 2014.
- LIMA, ELOÍSA A. C. R. **A Questão Agrária no Brasil: Contribuições para a compreensão das políticas de reforma agrária redistributiva e de reforma agrária de mercado**. Ruris. Campinas-SP, V.01, N.01, p. 189-214, MAR. 2017.
- MACHADO, L. C.P; MACHADO, L. C.P. FILHO. **Dialética da Agroecologia**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.
- MARCOS, Valéria. **Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro**. Agrária, nº 7, p. 4-32, 2007. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/7/Texto8_Marcos\(teoriaemdebate\).pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/7/Texto8_Marcos(teoriaemdebate).pdf). Acesso em: 16 de agosto, 2022.
- MATA, J.S. **Agrotóxico no Brasil – uso e impactos ao meio ambiente e a saúde pública**. EcoDebate, 2013. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2013/08/02/agrotoxico-no-brasil-uso-e-impactos-ao-meio-ambiente-e-a-saude-publica-por-joao-siqueira-da-mata-e-rafael-lopes-ferreira/> Acesso em: 12 de maio, 2023.
- MOREIRA, C. J. **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 7(299-311), 2002.
- MOREIRA, E. R.; TARGINO, I. **Espaço, capital e trabalho no campo paraibano**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.
- NAVOLAR, Thaisa S. **Diálogo entre Agroecologia e Promoção da Saúde**. RBPS, Fortaleza, 23(1): 69-79, jan./mar., 2010.
- OLIVEIRA, Vanuze C. COSTA, Rhayssa V. S. SANTOS, Luciana A. SANTOS, Shirleyde A. **Comercialização de produtos agroecológicos: relato de experiência da feira agroecológica da cidade de Lagoa Seca, PB** *Cadernos de Agroecologia* – ISSN 2236-7934 – Vol. 8, No. 2, nov. 2013 Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013
- PARAÍBA. **Lei nº 9.007 de 30/12/2009**. IN Legisweb, 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=146004>. Acesso em: 01 de novembro, 2021.
- PIGNATI, W. **Não existe uso seguro de agrotóxicos**. 2011. Revista do Instituto Unisinos, 2011, Ano XI.
- PIRAUXI, M. **Transição agroecológica e inovação territorial**. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 5-29
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA, Paraíba. **Programa planta lagoa seca 2023 é lançado com distribuição de sementes e corte de terra**. 2023. Disponível em: <https://lagoaseca.pb.gov.br/portal/programa-planta-lagoa-seca-2023-e-lancado-com-distribuicao-de-sementes-e-servico-de-corte-de-terra/>. Acesso em: 10 de novembro, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA/PB. **Lei N.º 206/2014 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Sementes e dá outras Providências.** Sancionada em 30 de junho de 2014.

RAMA, Eliane M. **Avaliação do risco à saúde decorrente da exposição ocupacional e dietética ao agrotóxico carbendazim no Brasil.** Londrina: dissertação de mestrado (Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Toxicologia Aplicada à Vigilância Sanitária), 2013.

RIGOTTO, Raquel. **A herança maldita do agrotóxico.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

RIGOTTO, Raquel. **Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30(7):1-3, julho, 2014.

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SAQUET, M. A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária.** 4º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 45p.

SILVA, P. M. S. **Campesinato e agroecologia em rede: a dinâmica do movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no Nordeste e no Agreste Paraibano.** 2019. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba 2019.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder.** Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

STÉDILE, J. P. **A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005. 303p.

TORRES, É. N. **Espaço agrário e assalariamento no Nordeste: das Características Gerais ao Estudo Particular das Condições de Trabalho e Saúde dos Abacaxizeiros da Paraíba.** 2020. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa-PB.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Nota de repúdio dos movimentos sociais e populares, instituições de ensino superior, estudantes e professores(as) contra a proposta de enfraquecimento do curso de agroecologia da UEPB.** Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfEaYIrRaS-ycaKHN4qFQ07sW_ptY7QOxqwgXg2mEaZ3GjDYQ/viewform Acesso em: 09 de dezembro, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto Pedagógico de Curso PPC: Agroecologia (Bacharelado) / Universidade Estadual da Paraíba CCAA; Núcleo docente estruturante.** Lagoa Seca: EDUEPB, 2016. 152f.

ANEXO

AGROECOLOGIA nas ELEIÇÕES



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

CARTA-COMPROMISSO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA ÀS CANDIDATAS E AOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 2022

Esta carta é dirigida às candidatas e aos candidatos aos poderes executivo e legislativo federal e estaduais. Ela foi elaborada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e apresenta as principais demandas referentes ao reconhecimento e ao fortalecimento da agroecologia pelo Estado brasileiro. Tais demandas estão organizadas em cinco eixos estruturantes e resultam de convergências políticas consolidadas ao longo dos 20 anos de existência da ANA, sob a inspiração de aprendizados e desafios identificados na construção da agroecologia em todo o país. Entendemos que o apoio público, irrestrito e integral a essas propostas é condição inseparável do compromisso das candidaturas com a plena restauração do Estado Democrático de Direito e com a construção de novos valores para a convivência social e ecológica. O referido compromisso implica também o reconhecimento da função do Estado no fortalecimento das representações e da expressão pública das organizações e movimentos da sociedade civil na construção da agroecologia.



Contexto

A fome e outras manifestações de insegurança alimentar e nutricional voltaram a penalizar o povo brasileiro. O 2o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), revelou que 33 milhões de pessoas vivem submetidas à fome e que mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com a insegurança alimentar em algum grau. Esse quadro resulta da permanência de elevados níveis de desemprego associados à crescente precarização das relações de trabalho, à queda contínua dos níveis de renda e à persistente inflação do preço dos alimentos.

Como explicar que uma das maiores economias do mundo é capaz de gerar uma situação na qual metade das brasileiras e dos brasileiros amanhece sem saber se terá assegurado o alimento do dia? Por que os alimentos básicos da nossa cultura alimentar estão faltando na mesa do povo brasileiro? Para as organizações, redes e movimentos sociais que compõem a ANA, estas são as perguntas mais relevantes no enfrentamento político e nos debates de propostas que estarão presentes na agenda pública nas próximas eleições. Para nós, a efetivação universal do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) deve ser o objetivo primeiro da organização econômica nacional e a prioridade das políticas de Estado.

Essa questão fundamental coloca em xeque o modelo econômico que organiza a sociedade brasileira, em particular o setor agroalimentar e as políticas públicas que o sustentam. As instituições do Estado estão crescentemente orientadas para o atendimento e a gestão de interesses privados de grandes corporações do agronegócio, da mineração, do setor energético e de latifundiários em detrimento do interesse público, aprofundando o cenário de pobreza, de má alimentação e da fome no país.

A reversão desse quadro dramático e intolerável cobra a mobilização da sociedade e o engajamento proativo das candidaturas aos poderes legislativo e executivo nas próximas eleições.

A construção da agroecologia no Brasil é protagonizada por organizações e movimentos territoriais da sociedade civil. Na contracorrente da narrativa ideológica que oculta sob o manto do "Agro é pop, Agro é tudo" os efeitos destrutivos do agronegócio sobre a sociedade, a agroecologia tem alcançado crescente reconhecimento público. A amplificação da legitimidade da agroecologia está ancorada na demonstração prática de seus múltiplos efeitos positivos sobre as esferas da produção, da distribuição e do consumo de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos.



Enraizados em seus territórios, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais desenvolvem práticas de manejo agrícola, agroextrativista e florestal que associam a conservação dos bens naturais à oferta de alimentação saudável e adequada em quantidade, qualidade e diversidade. Esses mesmos sujeitos estão ativos na construção de mercados locais, possibilitando que os alimentos produzidos cheguem à mesa de brasileiras e brasileiros a preços populares, em áreas urbanas e rurais. Merece destaque nessas iniciativas o papel de liderança assumido pelas mulheres na reestruturação dos sistemas alimentares, desde a produção e o abastecimento ao consumo.

Ao mesmo tempo em que desastrosas políticas de Estado levaram à acentuação da crise alimentar para as populações socialmente vulnerabilizadas durante a pandemia da Covid-19, iniciativas coletivas de âmbito local identificadas à agroecologia e à economia feminista e solidária demonstraram nessa conjuntura suas vitalidade e capacidade ao responderem de forma criativa às demandas emergenciais por alimentos e por alternativas de geração de renda. O reconhecimento e o fortalecimento da capacidade virtuosa das iniciativas das organizações da sociedade civil, seja no campo, nas águas, nas florestas ou nas cidades, estão no âmago da demanda social para que a agroecologia se firme como princípio orientador das políticas públicas.

AGROECOLOGIA nas ELEIÇÕES



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

CANDIDATA/O COMPROMETIDA/O COM A AGROECOLOGIA BRASILEIRA CARTA-COMPROMISSO

Eu, _____, candidata/o ao cargo público de _____ no Estado de _____ comprometo-me a, caso eleita/o, trabalhar em diálogo com a sociedade civil para tornar efetivas as proposições apresentadas no documento "**Carta-Compromisso da Articulação Nacional de Agroecologia às Candidatas e aos Candidatos às Eleições de 2022**". Assim sendo, assino a presente Carta-Compromisso.

Nome da/o candidata/o

Partido

Assinatura

Local e data



COMO ENVIAR A CARTA-COMPROMISSO ASSINADA

Após a assinatura da Carta Compromisso pela/o candidata/o, é preciso cadastrá-la na plataforma **Agroecologia em Rede (AeR)**. Para fazer isso, siga os passos abaixo:

1. Acesse o site da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) www.agroecologia.org.br e clique no espaço vermelho com o título "**AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES**".
2. Clique no botão "**CADASTRE A CARTA-COMPROMISSO AQUI**". Você será redirecionada/o para a plataforma Colheita do Agroecologia em Rede (AeR).
3. Do lado esquerdo da tela do site do AeR, haverá um campo "**CADASTRAR:**" e, logo abaixo, um botão chamado "**Carta-Compromisso**". Clique no botão.
4. Preencha o formulário com atenção e, no final, anexe a Carta Compromisso assinada. Você pode anexar tanto no **formato PDF** quanto no **formato de imagem**, como uma foto da Carta assinada.
5. Clique em "**Finalizar**" e aguarde a mensagem confirmando que o do cadastro foi realizado com sucesso.

Qualquer dúvida, não hesite em nos contatar pelo e-mail secretaria.ana@agroecologia.org.br